

VIA

REVISTA

Rede de
Inovação
Florianópolis

Conheça a
Legislação de
CT&I no Brasil

Rede de 13
Centros de
Inovação de
SC

VIA Revista
entrevista: Murilo
Cavalcante,
Secretário de
Segurança Urbana
do Recife

Inovação no Governo



Saudações, caro leitor

Após abordarmos os conceitos de Smart Cities; Parques Científicos, Tecnológicos e de Inovação; Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs); e Incubadoras, na quinta edição da VIA Revista, publicação institucional do grupo de pesquisa em Habitats de Inovação VIA Estação Conhecimento, da Universidade Federal de Santa Catarina, temos o prazer de apresentar a temática de Inovação no Governo.

O conteúdo da Revista tem o intuito de mesclar textos informativos com pesquisas acadêmicas sobre um tema crescente na administração pública: a inovação. Nesta edição, o leitor terá a oportunidade de acesso a entrevistas exclusivas com profissionais que estão fazendo a diferença no setor público brasileiro.

Apresentamos iniciativas voltadas para a inovação no Estado de Santa Catarina, e nas cidades de Florianópolis, Palhoça, Luzerna, São Paulo, Recife, Barcelona, Roma e Medellín. Além disso, usamos como referência e citamos as pesquisas desenvolvidas pelo grupo VIA sobre o tema. Utilizando o conceito de texto âncora, disponibilizamos por meio de links, referências de artigos, Leis e mais informações sobre os assuntos abordados nos sites oficiais das instituições.

Desejamos uma ótima leitura!

Clarissa Stefani Teixeira,
Araci Hack Catapan

Professoras UFSC e líderes do Grupo de Pesquisa CNPq

expediente



Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor: Prof. Ubaldo Cesar Balthazar



Departamento de Engenharia do Conhecimento

Chefe de depto: Prof. José Leomar Todesco

Programa de Pós-Graduação em Engenharia e
Gestão do Conhecimento (EGC)

Coordenadora: Profa. Gertrudes Aparecida Dandolini



Grupo de Pesquisa em
Habitats de Inovação e Empreendedorismo

Corpo Docente: Araci Hack Catapan

Clarissa Stefani Teixeira

Hans Michael Van Bellen

Marcio Vieira de Souza

Via Revista

Projeto Gráfico: Mariana Barardi

Edição: Mariana Pessini Mezzaroba (SC 04235 JP)

<http://via.ufsc.br/>

ISSN 2525-6890

Foto capa: Medellín / Caroline Borba

SUMÁRIO



5 Leis específicas fornecem incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica



12 Centros de Inovação: o que são e o que fazem?



16 Rede de 13 Centros de Inovação de SC

22 Rede de Inovação Florianópolis



27 Living Lab: inovação e validação de soluções para o setor público

31 Hackathons: o que são?

35 Mobilab: o Laboratório que fomenta a cultura da inovação na cidade de São Paulo





39 Dados abertos: o uso de dados por organizações e startups em benefício dos cidadãos

43 VIA Revista entrevista: Murilo Cavalcanti, Secretário de Segurança Urbana do Recife

47 Iniciativas inovadoras transformaram Bogotá e Medellín em cidades para as pessoas

50 Participação cidadã para cidades inovadoras



55 Inovação cívica: a tecnologia como aliada da cidadania

57 Geração VIA e a educação para cidadania



64 VIA Revista entrevista: André Tamura, fundador da WeGov

68 Dicas de leitura

LEGISLAÇÃO DE CT&I

Leis específicas fornecem incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica

Por



Rossana Alves de
Oliveira Simão Gomes



Mariana Pessini
Mezzaroba



Ágatha Depiné

Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) ganharam maior atenção no Brasil a partir do século XXI. O governo tem buscado promover cada vez mais o fortalecimento dessas políticas por intermédio da criação de mecanismos legais que estimulem a pesquisa científica e tecnológica como uma ação estratégica para fomentar o desenvolvimento econômico.

Ressalta-se que a produção de conhecimento tecnológico e sua conversão em riqueza é condição fundamental para o crescimento econômico do país. Entretanto, a elevação do nível de utilização de ciência e tecnologia, geralmente, não ocorre de forma espontânea e depende substancialmente do apoio direto ou indireto do Estado, sendo fundamental a criação de políticas públicas que



fomentem o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).

Atualmente, os principais marcos regulatórios de CT&I em nosso território são: Lei de Inovação, Lei do Bem e o Marco Legal de CT&I. Foi com a publicação da **Lei 10.973 de 02 de dezembro de 2004**, a Lei de Inovação, que o país passou a contar com um instrumento legal de fomento à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Essa norma criou mecanismos jurídicos para que o Estado, a sociedade civil e as instituições de pesquisa possam interagir na busca por soluções inovadoras, viabilizando o desenvolvimento industrial do país, conforme prevê a Constituição Federal de 1988.

Em 2005, foi publicada a **Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005**, conhe-

cida como Lei do Bem, a qual prevê incentivos fiscais às empresas na forma de dedução da soma dos dispêndios de custeio para PD&I. A Lei visa estimular a realização de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, seja na concepção de novos produtos ou no processo de fabricação, proporcionando a criação de um ambiente e uma cultura favorável à inovação, o que resulta em maior competitividade no mercado.

Em 2015, diante da necessidade de atualização da Constituição Federal, foi promulgada a Emenda Constitucional n. 85, a qual promoveu alterações em vários dispositivos incorporando o termo “inovação” no texto constitucional, visando possibilitar a criação de políticas públicas para preenchimento de lacunas que dificultavam as atividades de ciência, tecnologia

e inovação no Brasil. Com as alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 85 de 2015, que altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, foi possível a publicação da **Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016**. Essa lei promoveu a modificação de outras nove leis nacionais, em principal a Lei de Inovação, com o intuito primordial de estimular o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Tais alterações ocorreram devido a necessidade de corrigir as amarras burocráticas impostas pelas leis vigentes.

Em 7 de fevereiro de 2018, foi publicado o **Decreto 9.283**, que regulamentou dentre outros dispositivos, a Lei de Inovação e o Marco Legal de CT&I (que envolve o conjunto da

Grupo de trabalho na sede da OAB Santa Catarina. Presentes os representantes do Governo de SC, ACATE, ACAFE, UFSC, UDESC, VIA, FIESC, FECAM, CIGA, SENAI, SENAC, Fundação Certi, FEESC e ASSESPRO, além da própria OAB.



EC-85, da Lei 13.243 - e as leis que ela modifica - bem como o próprio Decreto 9.283/2018), com objetivo de estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e alcance da autonomia tecnológica, e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

Mesmo que muitos estados e municípios estejam realizando esforços para as discussões centradas na atualização das legislações, pode-se dizer que ainda não foram realizadas discussões suficientes em torno da nova legislação de CT&I. O panorama brasileiro indica que atualmente, além das normas federais e do Distrito Federal, estão mapeados 21 estados e 42 municípios que possuem leis específicas de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica nos ambientes produtivos em

seus âmbitos. Agora, cidades e estados estão em um movimento de suas reformulações para adequação ao novo Marco Legal.

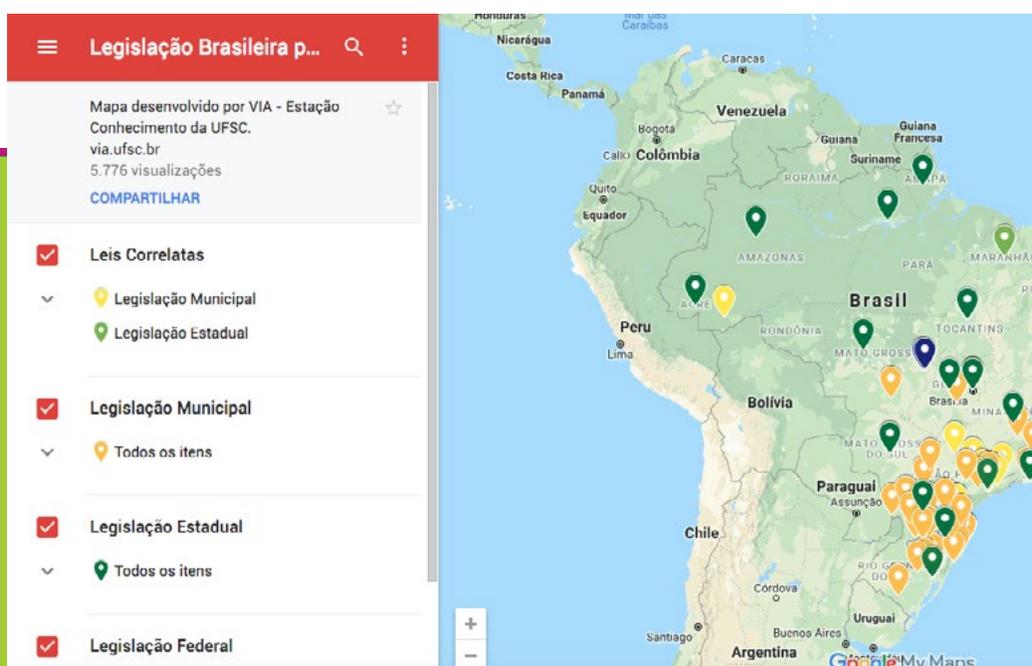
Como forma de auxiliar o conhecimento sobre as regulamentações brasileiras, o Grupo VIA Estação Conhecimento, disponibiliza um mapa interativo que permite localizar as principais legislações, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, que visam estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica tecnológica no Brasil.

Atualização da Lei Catarinense de Inovação

O movimento Pacto pela Inovação, composto pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e 34 entidades, instituiu em assembleia, um Grupo de Trabalho que está tratando do estudo, adequação e redação da

proposta para a nova Lei Catarinense de Inovação. A versão catarinense da lei federal – regulamentada pelo **Decreto nº 9.283 de 7 de fevereiro de 2018**, será um grande marco para o ecossistema de ciência, tecnologia e inovação do Estado, uma vez que oferecerá uma série de dispositivos que visam incentivar e fomentar o desenvolvimento de ações e parcerias entre governo, universidades e empresas.

Para que a Lei possa contemplar e atender as demandas do ecossistema catarinense, a proposta será elaborada em conjunto e com a participação das entidades pactuadas, sob a coordenação da OAB/SC – que terá o papel de articular com demais instâncias um ambiente favorável à aprovação e aplicação da futura lei. Em breve, Santa Catarina colocará em consulta pública sua legislação e, com apoio da população, estabelecerá a operacionalização da legislação para a inovação.



Mapa da Legislação de CT&I no Brasil desenvolvido pelo grupo VIA Estação Conhecimento.

[Clique aqui para navegar no mapa que apresenta as legislações existentes de forma georreferenciada!](#)

A legislação como diferencial dos municípios

Com aproximadamente seis mil habitantes, a cidade de Luzerna, localizada no meio oeste catarinense figura como a primeira legislação municipal de inovação estabelecida pela **Lei Ordinária 615 de 2005**. Segundo o prefeito, Moisés Diersmann, a legislação abre portas para a implantação da incubadora do município e do núcleo de inovação tecnológica de Luzerna, sendo um diferencial em âmbito nacional, visto que os demais NITS estão ligados às instituições científicas e tecnológicas do território brasileiro.

Além disso, de acordo com o prefeito, a legislação traz benefícios, sendo o principal deles a diminuição do êxodo de jovens talentos, que ao invés de ir à grandes centros bus-

car qualificação e trabalho, tem a chance de permanecer no município. "O primeiro e grande benefício é frear o êxodo desses jovens que muitas vezes têm capacidades técnicas e intelectuais altíssimas para desenvolver produtos e processos inovadores e por não ter incentivo, não ter apoio, acabam indo para centros maiores e não retornam mais para a cidade", comenta Diersmann, destacando a importância de se reter bons talentos na região.

O município conta com 24 empresas na incubadora tecnológica, sendo um dos municípios proporcionalmente com maior número de aprovados no Sinapse da Inovação - Programa do governo do Estado de Santa Catarina. Outro benefício complementar em se ter uma legislação, segundo o prefeito, é o interesse para a inovação que se gera nas organizações.

"Assim, empresas de grande porte como a Sadia, Perdigão, Celulose Irani, Tirol, começam a olhar dentro dos seus processos, dentro das suas próprias plantas fabris e estender braços para focar realmente na inovação. Isso só é possível quando você cria ambientes favoráveis, então não basta ter apenas um local físico, a incubadora, é preciso estar com a legislação atualizada. Desta forma, empresas tradicionais começam a implantar seus núcleos de inovação tecnológica dentro dessas organizações estendendo para fora, até as incubadoras", explica Diersmann.

Ademais, como inovação o município vem apostando em um programa denominado "Educação para o mundo do trabalho", que hoje já faz parte de uma política pública do município amparada por **Lei** e tem foco na inovação e no empreendedorismo. Sentindo a necessidade de formar base para chegar na



Foto: Michel Teixeira / Assessoria de Comunicação

"O primeiro e grande benefício é frear o êxodo desses jovens que muitas vezes têm capacidades técnicas e intelectuais altíssimas para desenvolver produtos e processos inovadores e por não ter incentivo, não ter apoio, acabam indo para centros maiores e não retornam mais para a cidade"

Moisés Diersmann

**Prefeito do município de Luzerna -
Santa Catarina**

estrutura principal da incubadora tecnológica, o município desenvolveu o Programa que atende alunos do ensino fundamental no contra turno escolar. A partir dos 11 anos todos os adolescentes experimentam profissões, do ramo tradicional como mecânica, elétrica, automação e profissões que não estão consolidadas na economia local como robótica, programação para dispositivos móveis e mecatrônica.

Hoje, após cinco anos da implantação do Programa, os primeiros adolescentes atendidos já estão estagiando em empresas, entendendo e desenvolvendo produtos inovadores. "Essa iniciativa eu considero fundamental no processo. É a retroalimentação de todo o nosso habitat de inovação, a incubadora tecnológica, com uma estrutura muito forte na base", finaliza o prefeito Moisés Diersmann.

Palhoça e Florianópolis estão agindo com os recursos do município para fomentar novos negócios. Marcelo Fett, ex-secretário de Desenvolvimento Econômico de Palhoça, ressalta que Palhoça foi uma das cidades que mais cresceu no país nos últimos 6 anos, porém apresentava dados antagônicos, quanto ao seu crescimento e sua economia. Após realizar um diagnóstico da situação econômica do município, chegou-se à conclusão que a pauta econômica municipal era de baixo valor agregado. "A conclusão foi que a cidade cresceu, mas não se desenvolveu", pontua Fett.

A partir de então, para mudar a realidade, seria necessário promover uma mudança no eixo econômico do município: de uma economia intensiva em mão de obra para uma economia intensiva em conhecimento e inovação, por meio de um conjunto de ações articuladas e definidas a partir da união do poder público com a iniciativa privada, universidades e sociedade civil organizada. "Assim surgiu o Inova Palhoça que é muito mais do que um conjunto de leis, é um conjunto de iniciativas. Entre estas - mas não somente - a construção de um marco regulatório voltado ao fomento do desenvolvimento econômico pela inovação. Isto porque identificamos que o município precisava não apenas de uma lei de inovação, mas de um conjunto de ações", comenta o ex-secretário.

As medidas para que isso acontecesse, entre elas as legislações, foram construídas a partir da interlocução com empresários que apresentaram suas necessidades, as dificuldades para o desenvolvimento, suas prioridades e as maiores dificuldades para promover a inovação em suas empresas. E desta forma, foi construído um programa a partir da experiência de empresários, da sociedade civil e das universidades.

"O que gera riqueza no mundo atual é o conhecimento e a inovação, sendo assim, é fundamental que as cidades que desejam se tornar não só prósperas e desenvolvidas (porque crescimento e desenvolvimento são conceitos distintos) é



"O que gera riqueza no mundo atual é o conhecimento e a inovação, sendo assim, é fundamental que as cidades que desejam se tornar não só prósperas e desenvolvidas (porque crescimento e desenvolvimento são conceitos distintos) é fundamental criar o que chamamos de "ambiente favorável de negócios". Certamente o primeiro passo é um marco regulatório condizente com o tipo de desenvolvimento que pretendemos para as nossas cidades"

Marcelo Fett,

ex-secretário de Desenvolvimento Econômico de Palhoça

fundamental criar o que chamamos de "ambiente favorável de negócios". Certamente o primeiro passo é um marco regulatório condizente com o tipo de desenvolvimento que pretendemos para as nossas cidades", enfatiza Marcelo Fett.

Por sua vez, Florianópolis apresenta o Fundo Municipal de Inovação e o Programa de Incentivo

Fiscal à Inovação, mecanismos de fomento previstos na **Lei Complementar 432 de 2012**, a Lei Municipal de Inovação que insere o poder público da cidade como participante definitivo do ecossistema de inovação. De acordo com Marcus Rocha, Superintendente de Ciência, Tecnologia e Inovação na Prefeitura de Florianópolis, ambos os mecanismos são importantes para o desenvolvimento econômico do municí-

pio e também para trazer inovações para a administração pública. Porém, para o Superintendente, ainda é necessário estabelecer uma melhor compreensão da esfera pública sobre o conceito de inovação, o que nesse caso deve ser feito por meio dos textos das leis, decretos e outros mecanismos legais que versam sobre o assunto, principalmente no âmbito federal. "Para que as leis de inovação aprovadas no país fun-



Lei Rouanet de Inovação

Em novembro de 2017 a Portaria SMTTDE nº 18 instituiu normas complementares para o Programa de Incentivo à Inovação (PII) de Florianópolis, destacando como objetivo primordial a promoção do empreendedorismo inovador de interesse do município, por meio de concessão de incentivo fiscal ao contribuinte que contribuir financeiramente em projetos de inovação e estiver em dia com as suas obrigações municipais. Esse programa possui um mecanismo similar ao da Lei Rouanet de Incentivo à Cultura, ainda que com finalidades de promoção diferentes, mas tornando sua portaria conhecida como Lei Rouanet da Inovação de Florianópolis.

Propostas de projetos podem ser apresentadas por meio de formulário eletrônico nos três primeiros

trimestres do ano, as quais serão avaliadas pelo Comitê Gestor do Programa de Incentivo Fiscal à Inovação. O proponente deve ser cidadão residente e domiciliado em Florianópolis com interesse em estabelecer um empreendimento inovador de interesse público na cidade ou microempreendedor individual, microempresa ou pequena empresa com sede no município e integrante de Arranjos Promotores da Inovação (APIs) credenciados, que visem desenvolver ou aprimorar um serviço, sistema ou produto inovador.

O valor de cada proposta de projeto não poderá ser superior a 50% do limite de faturamento anual de uma microempresa enquadrada nos termos da Lei Complementar Federal nº 123 de 2006 e suas alterações. Assim, a partir de 2018 o valor máximo por proposta é R\$ 450.000,000 (quatrocentos e cinquenta mil reais). Em relação ao município, sua renúncia fiscal gerada pelo programa não pode ser inferior a 1% e nem superior a 2% das somas das receitas estimadas para o Imposto sobre Serviços de Qual-

quer Natureza (ISSQN) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O responsável por proposta de projeto aprovado pelo PII e com contrato de parceria celebrado com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), poderá captar recursos financeiros junto a contribuintes incentivadores por no máximo 2 (dois) anos a contar da publicação de sua autorização. O mesmo pode obter até 20% do Imposto Sobre Serviço (ISS) devido e até 20% do IPTU devido dos contribuintes incentivadores estabelecidos no município. Por outro lado, os incentivadores, têm direito aos respectivos descontos no pagamento de ISSQN ou IPTU.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (SMTTDE). Portaria SMTTDE nº 18, de 21 de novembro de 2017. Institui normas complementares para o Programa de Incentivo Fiscal à Inovação em Florianópolis. Diário Oficial, Florianópolis, SC, 2017c. **Disponível aqui.**

cionem plenamente é fundamental que haja uma melhor percepção e compreensão, principalmente dos órgãos de controle, acerca do que é inovação. Com isso, tanto a lei federal, quanto a lei municipal, poderão ter segurança na aplicação de recursos públicos para produzir ou adquirir inovações, obviamente respeitando-se todos os princípios de transparência, eficiência, impessoalidade e tudo mais. Tal alinhamento também permitirá que o poder público tenha a agilidade necessária para promover inovação, tanto para a promoção de desenvolvimento econômico, quanto para a incorporação de inovações na administração pública, em todas as suas esferas", finaliza Marcus Rocha. ■



Gesil Sampaio Amarante Segundo - professor no Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas (DCET) na Universidade Estadual de Santa Cruz, coordenador técnico do FORTEC (Associação Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia) e Coordenador-Geral do Fórum CTIE (Fórum de Assessorias Parlamentares de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação).

Desafios para a regulamentação da CT&I no Brasil

Gesil Sampaio Amarante Segundo, professor no Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas (DCET) na Universidade Estadual de Santa Cruz, coordenador técnico do FORTEC (Associação Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia) e Coordenador-Geral do Fórum CTIE (Fórum de Assessorias Parlamentares de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação) enumera os principais desafios que o Brasil enfrenta hoje em termos de regulamentação:

- i) Resistências ao Marco Legal de CT&I que ocorrem em alguns membros de órgãos de controle e mesmo em membros da academia - Acredito que estas sejam dificuldades temporárias, causadas por uma certa dose de dogma e alguma desinformação, mas que deve ser resolvida com diálogo e esclarecimento;
- ii) Ausência das normas estaduais sintonizadas com o Marco Legal -

Vários estados ainda não fizeram sua atualização e adequação de suas normas, o que não é surpreendente, dado que estamos em ano eleitoral e por conta da crise;

iii) Restrição de recursos - Em parte causada pela crise, mas também por uma política inadequada dos ministérios da área econômica, através de medidas, como o contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e medidas recentes, como no Capítulo III da **Medida Provisória 851 de 2018**. Falta propensão ao diálogo com estas pastas, que podem levar o país a maiores dificuldades no setor de CT&I - isso se repete em algumas secretarias estaduais de fazenda e administração e, é o nosso maior desafio hoje.

iv) Cultura alimentada por um histórico que isola o setor empresarial da academia (e vice-versa) - Isso é algo que vem sendo aos poucos vencido e a cooperação destes dois setores no Marco Legal de CT&I é um exemplo disso.

Saiba Mais:

JUNKES, Darlan; SAMPAIO, Marcio; SANTOS, Gabriel Sant'Ana Palma.; ABDALA, Lucas Novelino; TEIXEIRA, Clarissa Stefani. O sistema de ciência, tecnologia e inovação: panorama nacional a partir das leis de inovação dos estados brasileiros. In: Anais... Conferência ANPROTEC. 2016. [Disponível aqui.](#)

TEIXEIRA, Clarissa Stefani; HOLTHAUSEN, Fabio Zobot; MORE, Rafael Pereira Ocampo. As leis municipais de inovação: um estudo de Santa Catarina. In: Anais... Conferência ANPROTEC, 2015. [Disponível aqui.](#)

JUNCKES, Darlan; TEIXEIRA, Clarissa Stefani..Leis municipais de inovação: alinhamento e discussão acerca do novo marco legal. In: Anais... Conferência ANPROTEC, 2017. [Disponível aqui.](#)

VIA Revista 3ª edição: Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs). [Disponível aqui.](#)



RESUMO ADAPTADO

Centros de Inovação: o que são e o que fazem?

As práticas de implantação de habitats de inovação já vem sendo encontradas em diversos países, considerando as diferentes tipologias. Os Centros de Inovação (CIs), por exemplo, começaram a surgir na década de 80, na Alemanha, em decorrência aos avanços tecnológicos ocorrido no país naquele período e, logo se disseminaram também pela Áustria e outros países nas décadas seguintes (THIERSTEIN, WILHELM, 2001). A iniciativa governamental para estimular a criação destes CIs leva em consideração de que não apenas a inovação é importante, mas também sua difusão, incluindo-se os pequenos negócios fora de indústrias estabelecidas (NOOTEBOOM, COEHOORN, VAN DER ZWAAN, 1992).



AUTORES DO ARTIGO

Lucas Novelino Abdala



Vanessa Cardoso
Santos Eleutheriou



Ágatha Depiné



Clarissa Stefani Teixeira

Artigo adaptado de:

ABDALA, Lucas Novelino; ELEUTHERIOU, Vanessa Cardoso Santos; DEPINÉ, Ágatha; TEIXEIRA, Clarissa Stefani. CENTROS DE INOVAÇÃO: o que são e o que fazem? In: **Habitats de Inovação: conceito e prática**. Ágatha Depiné; Clarissa Stefani Teixeira, organizadoras – São Paulo: Perse. 294p. v.1: il. 2018. Publicação completa **disponível aqui**.

Apesar da difusão deste habitat de inovação, o conceito de CIs não é uniforme, gerando dúvidas e aplicações incoerentes. Geralmente falhas na utilização do conceito de CIs ocorrem pela sobreposição a definições de outras tipologias ligadas à inovação, como incubadoras e parques tecnológicos (ANUAR; OSMAR; ISMAIL, 2012). Em alguns casos, o uso do termo representa uma tentativa de denominação diferente destes locais com o intuito de enfatizar ou dar destaque a algo ou algum estabelecimento específico, aparecendo na literatura em estudos de caso, sem, no entanto, apresentar diferenças claras de significação (BALBINOT; DIAS; BORIM-DE-SOUZA, 2012, GODDARD et al., 2012).

Pesquisa científica baliza conceitos de operação

Utilizando a técnica de revisão integrativa da literatura, os autores levantaram pesquisas em bases de dados internacionais sobre o conceito e atuação de Centros de Inovação.

Após a análise destas pesquisas definiu-se o que faz e o que não faz um Centro de Inovação.

Estudos selecionados sobre CIs

AUTOR	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO
Hallows Hallows	1988	The Role of an Innovation Centre	World Patent Information
Sternberg	1989	Innovation centres and their importance for the growth of new technology-based firms: experience gained from the Federal Republic of Germany	Technovation
Sternberg	1995	Assessment of innovation centres methodological aspects and empirical evidence from Western and Eastern Germany	European Planning Studies
Thierstein e Wilhelm	2001	Incubator, technology, and innovation centres in Switzerland: features and policy implications	Entrepreneurship & Regional Development
Anuar, Osman e Ismail	2012	Innovation Centers in Malaysia: a Proposed Model	Anais da 2012 International Conference on Innovation Management and Technology Research
Goddard et al.	2012	Universities, Technology and Innovation Centres and regional	Cambridge Journal of Economics
Balbinot, Dias e Borim-de-Souza	2012	Unique Organizational Competencies Of Brazilian Technological Innovation Centers	Journal of technology management & innovation
Dyrenfurth, Barnes e Barnes	2013	A Comparative Analysis of Technology Innovation Centers of Excellence Across the World: Secrets to Success	Anais da ASEE Annual Conference and Exposition 2013
Qingzhong e Fangfang	2015	Study on Construction of Innovation Culture System in Collaborative Innovation Center	ICEMIT - 2nd International Conference on Education, Management and Information Technology

Fonte: elaborado pelos autores (2017).

O que faz um CI

Desenvolvimento regional
<ul style="list-style-type: none">◦ Contribuir para a política tecnológica e de inovação em uma região;◦ Identificar e explorar o potencial inovativo da região;◦ Atrair talentos e colaborar para a geração de empregos qualificados;◦ Ter investimento social como “esperança” de desenvolvimento regional.
Desenvolve inovações por meio de negócios
<ul style="list-style-type: none">◦ Realizar promoção, desenvolvimento e apoio de potenciais empreendedores, start-ups e de spin offs;◦ Ser ponte entre a universidade de pesquisa e a indústria ex. expansão dos processos de laboratório comercialização das invenções e tecnologias emergentes (transferência de tecnologia);◦ Atrair investidores regionais, nacionais ou internacionais (público ou privado);◦ Encontrar fontes de financiamento ou financia total ou parcialmente de novos negócios;◦ Gerar credibilidade para competitividade de suas empresas.
Oferece Instalações, serviços e recursos compartilhados
<ul style="list-style-type: none">◦ Oferecer instalações: Espaços de trabalho, salas de conferência, aluguéis abaixo de preço de mercado e outras facilidades específicas;◦ Oferecer serviços: secretariado, seleção e avaliação de inovações, aconselhamentos, consultoria, mentorias e suporte qualificados;◦ Realizar/promover consultorias variadas: gestão de projetos e produtos, marketing, comercialização, propriedade intelectual, transferência de tecnologia.
Promove cultura e conexão da inovação e empreendedorismo
<ul style="list-style-type: none">◦ Promover e comunica atividades de inovação: dissemina o conhecimento para empresas e atores (cultura de inovação e do empreendedorismo);◦ Fomentar a rede: cria alianças e sinergias entre empresas, empreendedores, investidores e pesquisa científica na universidade e demais;◦ Encorajar encontros: que gerem redes de relacionamento e discussões pertinentes aos interesses de iniciativas privadas, universidades e demais atores.

O que não faz um CI

Não são estruturas padrões
<ul style="list-style-type: none">◦ Não dependem do passado mas levam em consideração que fatores externos e internos da região influenciam na gestão e desenvolvimento do centro de inovação;◦ Eles não têm objetivos padronizados pois focam suas atividades à demanda da região e não se restringem à sua localidade e cidade;◦ Não oferecem qualquer infraestrutura, mas somente infraestruturas alinhada às especialidades de seus usuários.
Não seleciona empresa inadequadas
<ul style="list-style-type: none">◦ Não selecionam empresas que possam colocar em risco seus recursos, imagem, contratos e finalidades;◦ Não permitem longa permanência das empresas, ou seja, criação de uma mentalidade de pensionato;◦ Não permite aumentar significativamente o espaço das empresas.

Fonte: elaborado pelos autores (2017).



O conceito dos Centros de Inovação

Centro de Inovação é um ambiente distinto entre os habitats, com particularidades que necessitam de esclarecimento, evitando ambiguidades. Faz-se necessária uma definição abrangente de seu significado, não apenas por questões teóricas e acadêmicas, mas para que o desenvolvimento desse habitat possa ocorrer de forma coerente entre teoria e prática, tendo suas funcionalidades aproveitadas ao máximo, tal como atuar como

um catalizador do desenvolvimento de inovações e do desenvolvimento regional da área onde estiver inserido. Assim, definiu-se que Centro de Inovação é uma comunidade física ou virtual que aloca, por períodos limitados de tempo, potenciais empreendedores inovadores, startups ou projetos específicos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de empresas estabelecidas e, onde o conhecimento é centralizado e direcionado à cultura da inovação e empreendedorismo. Sobretudo, busca apoiar o desenvolvimento, a produção e a comercialização

de serviços, processos e produtos tecnológicos de alta qualidade focados na especialização inteligente da região. Com essa finalidade, usufrui de instrumentos de apoio como políticas públicas e subsídios, além de dispor à sua comunidade instalações e serviços que podem conectar e otimizar o espectro de suas atividades entre pesquisa e comercialização, enquanto o sucesso de suas ideias e empresas seriam improváveis fora dele. ■

Clique aqui para saber ainda mais sobre os Centros de Inovação.

Saiba Mais:

ANUAR, R.; OSMAN, M.; ISMAIL, K. Innovation centers in Malaysia: A proposed model. In: Anais... International Conference on Innovation Management and Technology Research (ICIMTR), IEEE, 2012. p. 337- 341, 2012.

BALBINOT, Z.; DIAS, J.; SOUZA, R. Unique organizational competencies of Brazilian technological innovation centers. *Journal of Technology Management & Innovation*, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2012.

DYRENFURTH, M.; BARNES, J.; BARNES, S. A comparative analysis of technology innovation centers of excellence across the world: Secrets to success. In: Anais... ASEE Annual Conference and Exposition, Conference Proceedings, Atlanta, 2013.

GODDARD, J.; ROBERTSON, D.; VALLANCE, P. Technology and Innovation Centres and regional development: the case of the North-East of England. *Cambridge Journal of Economics*, v. 36, n. 3, p. 609-627, 2012.

HALLOWS, B. The role of an innovation centre. *World Patent Information*, v. 10, n. 4, p. 234-236, 1988.

NOOTEBOOM, B.; COEHOORN, C.; VAN DER ZWAAN, A. The purpose and effectiveness of technology transfer to small business by government sponsored innovation centres. *Technology Analysis & Strategic Management*, 4, 149-166, 1992.

STERNBERG, R. Assessment of innovation centres—methodological aspects and empirical evidence from Western and Eastern Germany. *European Planning Studies*, v. 3, n. 1, p. 85-97, 1995.

THIERSTEIN, A.; WILLHELM, B. Incubator, technology, and innovation centres in Switzerland: features and policy implications. *Entrepreneurship & Regional Development*, v. 13, n. 4, p. 315-331, 2001.

QINGZHONG, S.; FANGFANG, H. Study on Construction of Innovation Culture System in Collaborative Innovation Center. In: Anais... 2nd International Conference on Education, Management and Information Technology (ICEMIT 2015), Atlantis Press, 2015



REDE DE 13 CENTROS DE INOVAÇÃO DE SC

Por



Mariana Pessini
Mezzaroba

Governo de Santa Catarina impulsiona o desenvolvimento por meio de habitats de inovação

O Governo de Santa Catarina está implantando uma rede de Centros de Inovação em 13 diferentes regiões do estado. O objetivo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), que coordena do projeto, é acelerar o desenvolvimento do estado por meio do empreendedorismo e da inovação.

Neste tempo de transição de modelos de desenvolvimento e grande velocidade de mudanças tecnológicas, a Rede de Centros de Inovação serve para

dar suporte às regiões catarinenses nesta travessia da economia tradicional para a nova economia, mais moderna e competitiva.

Os Centros funcionarão como ponto central do empreendedorismo e da inovação em suas regiões e a sua missão está dividida três grandes desafios:

- Ativar o ecossistema de inovação;
- Criar cultura inovadora e empreendedora;
- Gerar e escalar negócios inovadores.

O plano de ocupação dos Centros inclui elementos como incubadora, aceleradora, coworking, One Stop Shop, salas de treinamento, espaço maker, laboratórios de P&D de empresas, auditórios e outros espaços de eventos, café, restaurante, etc. Serviços como mentoria, ponte com investidores, conexão com outras empresas, conexões internacionais, universidades, laboratórios e institutos de pesquisa e desenvolvimento do Brasil e de fora também fazem parte dos portfólios de serviços que o empreendedor deverá encontrar nos Centros.

Os Comitês de Implantação dos Centros de Inovação, formados por integrantes da tríplice hélice local (Governo, Universidades e Setor Empresarial) receberam um Guia de Desenvolvimento de Ecossistemas e Centros de Inovação apresentado em três volumes oferecendo, além de base teórico-conceitual e diretrizes de funcionamento, um passo

a passo para a sua implantação. O último volume traz, inclusive, modelos de editais e diversos outros documentos práticos para auxiliar o trabalho dos Comitês.

O Governo pretende, ainda, viabilizar um quarto volume do Guia, que será um Estudo de Especialização Inteligente dos Centros de Inovação. Este estudo vai propor um vocacionamento para os Centros e suas microrregiões e irá considerar não apenas os setores mais relevantes na atualidade, mas também, os setores emergentes e as possibilidades de transição econômica a partir dos ativos, talentos, infraestrutura e conhecimento já instalados na região.

Para o Secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Adenilso Biasus “os Centros de Inovação alcançarão resultados melhores e mais rápidos se direcionarem seus esforços para setores estratégicos considerando suas vantagens competitivas e as tendências do mercado local e global”. O grupo de pesquisa VIA Estação Conhecimento vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina vem atuando junto à Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) para impulsionar o ecossistema de inovação de Santa Catarina. Desde 2015, por meio do projeto denominado Fortalecimento de Habitats de Inovação os pesquisadores do time, coordenados pela professora Dra.



“os Centros de Inovação alcançarão resultados melhores e mais rápidos se direcionarem seus esforços para setores estratégicos considerando suas vantagens competitivas e as tendências do mercado local e global”.

Adenilso Biasus,

**Secretário de
Desenvolvimento
Econômico Sustentável
(SDS)**

Clarissa Stefani Teixeira, desenvolvem pesquisas no âmbito dos habitats de inovação com foco nas funções dos centros de inovação, como: inovação, talento, cultura e desenvolvimento urbano.

O projeto, financiado pela SDS por meio da FAPESC, tem como objetivo realizar estudos e ações para a implantação dos Centros de Inovação do Estado de Santa Catarina visando tornar o conhecimento tangível e utilitário para a sociedade.



“Em suma, mais do que vários Centros, queremos ter uma Rede de Centros trabalhando em colaboração, cada um com suas especialidades”.

Luana Réus,

Gerente de Ciência,
Tecnologia e Inovação
da SDS

de. Os documentos referência elaborados neste projeto servem para potencializar as ações junto aos 13 Centros de Inovação, que estão sendo construídos nas diferentes regiões do estado.

O processo de implantação dos Centros está apenas começando, afirma a Gerente de Ciência, Tecnologia e Inovação da SDS, Luana Réus, ressaltando que o Governo não quer apenas construir prédios. “Para muito além disso, está preocupado em desenvolver ecossistemas de inovação e encontrar os mecanismos adequados para que esses Centros funcionem em rede, compartilhando estruturas, pesquisadores, conhecimentos, mentores, projetos e assim por diante. Em suma, mais do que vários Centros, queremos ter uma Rede de Centros

trabalhando em colaboração, cada um com suas especialidades. Essa Rede pode incluir não apenas os Centros que o Governo está construindo, mas, também, centros privados, como os do Institutos Senai, do Sesi e da Acate, e os centros que os próprios municípios estão desenvolvendo em escalas menores”, enfatiza a Gerente.

Por fim, umas das principais bandeiras levantadas pela equipe que está à frente do projeto dos Centros é a importância da “conexão”. Estudos importantes sobre regiões inovadoras ao redor do mundo apontam os níveis de conexão entre as pessoas e instituições como um fator decisivo para o desenvolvimento de territórios mais inovadores e economias mais dinâmicas. “Precisamos nos encontrar mais, conver-





Metodologia One Stop Shop para o ecossistema de inovação catarinense (OSS CANVAS). [Clique aqui para ver completo!](#)

sar mais, trocar mais. Conexão gera confiança, que gera mais inovação, mais negócios e mais desenvolvimento", finaliza Luana Réus.

Além da infraestrutura física, construída com recursos do Governo do Estado, há iniciativas de ativação do ecossistema. Neste sentido, um passo importante durante este trabalho foi o desenvolvimento da Metodologia One Stop Shop para o ecossistema de inovação catarinense (OSS CANVAS), trabalho conjunto entre a coordenadora do projeto, Clarissa Stefani Teixeira (PPGEGC/UFSC), e Josep Miquel Piqué, presidente da International Association of Science Parks and Areas of Innovation (IASP). Executada em diversas partes do mundo,

portanto validada em ecossistemas maduros, a estratégia dos atores de inovação é unir esforços que congreguem ações únicas em prol do desenvolvimento regional. Estratégia que está em adaptação para a realidade das diversas regiões de Santa Catarina na implantação dos Centros de Inovação. Assim, enquanto os Centros de Inovação estão saindo do papel, ações que movimentam e criam uma cultura empreendedora estão sendo realizadas.

Implantação da Rede de Centros de Inovação

Os Centros de Inovação estão em diversas regiões de Santa Catari-

na. É a primeira rede do Brasil que está sendo estabelecida com apoio público, do Governo do Estado em conjunto com as respectivas prefeituras. Os municípios de Lages e Jaraguá do Sul já estão em operação. O Centro de Inovação de Lages, localizado dentro do Órion - Parque Tecnológico, está em atividade desde 2017, com editais de incubação, projetos inovadores e pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) em andamento. São Bento do Sul, Blumenau, Itajaí, Chapecó, Joaçaba, Brusque e Tubarão estão com obras em andamento. Joinville, Criciúma, Florianópolis e Rio do Sul aguardam viabilização de recursos para a construção. ■



REDE CATARINENSE DE CENTROS DE **INOVAÇÃO**

Centro de Inovação de Jaraguá do Sul



Foto: Acervo VIA

Documentos referência:



Guia de Desenvolvimento de Ecossistemas e Centros de Inovação. Livro 1. Conceitos, Fundamentos e Pacto pela Inovação. **[Clique para ver completo!](#)**



Guia de Desenvolvimento de Ecossistemas e Centros de Inovação. Livro 2. Plano de Implantação. **[Clique para ver completo!](#)**

Foto: Acervo VIA

Orion Parque em Lages

REDE DE INOVAÇÃO FLORIANÓPOLIS

Parceria entre Prefeitura de Florianópolis e ACATE visa potencializar o ecossistema de inovação na cidade

Por



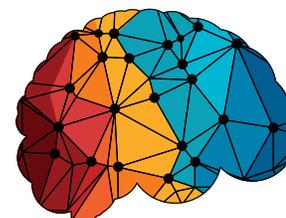
Mariana Pessini
Mezzaroba



Ágatha Depiné

Em 31 de janeiro de 2018 a prefeitura municipal de Florianópolis, em parceria com a Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE) lançou o programa denominado Rede de Inovação Florianópolis, que tem por objetivo potencializar o ecossistema de inovação, estimular a cultura de inovação e empreendedorismo e, com isso, gerar negócios e soluções inovadoras na cidade.

A rede está em fase de implantação e conta com a consultoria do grupo de pesquisa VIA Estação Conhecimento, do departamento de Engenharia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na elabora-



Rede de Inovação
Florianópolis



Foto: Arquivo Pessoal

Marcus Rocha

Superintendente de
Ciência, Tecnologia e
Inovação na Prefeitura
de Florianópolis

ção dos critérios para credenciamento e indicadores para monitoramento dos centros de inovação. Segundo o Superintendente de Ciência, Tecnologia e Inovação na Prefeitura de Florianópolis, Marcus Rocha, a iniciativa de criar a Rede de Inovação Florianópolis surge em sinergia com a política estadual de desenvolvimento da Rede de 13 Centros de Inovação em Santa Catarina e, portanto, objetiva se manter integrada à rede estadual.

Para que isso pudesse acontecer, em um primeiro momento a Prefeitura de Florianópolis considerou ceder um terreno do município para que o governo do Estado de Santa Catarina construísse e instalasse um novo centro de inovação, a exemplo do que ocorreu nas demais cidades onde a rede estadual está se operacionalizando. Porém, tendo em vista a existência de um centro de inovação já consolidado na cidade, o Centro de Inovação Acate (CIA) Primavera, e dos demais habitats de inovação do município que estavam em vias de iniciar suas atividades, o Conselho Municipal de Inovação entendeu que seria melhor que o governo municipal apoiasse os espaços já existentes, diminuindo custos, economizando tempo e valorizando as iniciativas locais. “Nós já tínhamos quatro centros de inovação privados em funcionamento ou em vias de entrar em funcionamento em 2018, então não faria sentido construir mais um prédio para a mesma função, pois acabaria concorrendo com a infraestrutura de inovação já existente”, salienta Rocha.

O objetivo da Rede de Inovação Florianópolis é fortalecer o ecossistema de inovação e empreendedorismo de Flo-

rianópolis, o qual possui destaque nacional e, para isso, garantir que cada centro vinculado à rede possa executar funções específicas registradas no Pacto pela Inovação, por meio de diretrizes que envolvam governança, capacitação, coworking, incubação, aceleração, treinamentos, entre outras. Assim, o recurso público disponível será utilizado no apoio a essas iniciativas. “Com o funcionamento pleno da Lei Municipal de Inovação, a Prefeitura de Florianópolis começa a investir ativamente no ecossistema local, algo que nunca havia sido feito antes. Importante também destacar que Florianópolis é a primeira cidade do Brasil que conseguiu tirar do papel a sua Lei Municipal de Inovação”. Outro impacto da Rede de Inovação Florianópolis destacado por Marcus Rocha, é na capacidade de inovações, de startups e de movimento na indústria da cidade. “Hoje, 29,6% do faturamento de imposto sobre serviço (ISS) do município vem do setor de tecnologia. Com estes centros de inovação funcionando teremos a promoção de mais negócios, trazendo um significativo incremento nas receitas do município, além da melhoria no ambiente empreendedor e na geração de empregos, tanto no setor tecnológico quanto em outros setores que também estão sendo atraídos para o ecossistema de inovação da cidade”. Além disso, segundo o superintendente, cada centro de inovação vai contar um Escritório de Promoção de Inovação, ou seja, um espaço que irá implantar o conceito de one stop shop onde os empreendedores do setor tecnológico poderão receber a orientação necessária sem ir a nenhum outro lugar.



Centro de Inovação SOHO

Credenciamento dos Centros

Estão credenciados os centros: ACATE Primavera, SOHO (primeiro localizado na região continental de Florianópolis), ACATE Downtown e ACATE Sapiens, totalizando quatro centros de inovação trabalhando de forma integrada na cidade.

“Se já contamos com muitos eventos de inovação no ACATE Primavera vamos multiplicar isso por quatro. Se nós já temos muitas startups, também podemos multiplicar isso por quatro”. Outra questão importante destacada por Rocha, será a de obedecer às vocações regionais.

“Muito provavelmente vamos ter um destes centros de inovação mais focado em saúde, um outro centro de inovação mais focado em serviços, e assim por diante”, finaliza Rocha, salientando que a ideia da prefeitura é ser um elemento indutor junto com a iniciativa privada, neste processo.



Lounge ACATE Primavera

Primavera ACATE como referência nacional enquanto centro de inovação

Os centros da Rede de Inovação Florianópolis serão gerenciados pela ACATE, a qual garantirá o cumprimento de funções essenciais estabelecidas nas políticas municipal e estadual de inovação. O objetivo é que os centros de inovação e os escritórios de promoção de inovação possam funcionar como hubs de inovação e empreendedorismo, fomentando empreendedores, profissionais e o mercado em torno da inovação de Santa Catarina. "O Centro de Inovação ACATE Primavera, que já completou 3 anos, nos trouxe bastante experiência sobre como ambientes colaborativos como esses podem auxiliar o desenvolvimento regional", destaca Gabriel Gabriel Sant'Ana Palma Santos, Diretor Executivo da ACATE.

As empresas de tecnologia e inovação são resultado de empreendedores com boa formação e visão de mercado, capazes de implementar ideias, criar times e desenvolver soluções inovadoras para o mercado. Reunindo várias dessas empresas em um mesmo endereço, como nos centros, é possível aproximar fundos de investimentos, investidores anjo, eventos, capacitações, grupos de compartilhamento, propiciando um crescimento para todo o grupo. Para o diretor da ACATE, um centro de inovação não é uma ilha em si mesmo, já que está inserido em um contexto público municipal e este pode tanto facilitar e fomentar o desenvolvimento do setor, como atrapalhar, por meio de burocracia, uso inadequado do poder de compra municipal, insegurança jurídica, sistema tributário complexo e oneroso, etc. Conforme Santos, a partir do momento que os centros de inovação integram-se em rede e pas-

sam a ter uma comunicação direta com a prefeitura, para desenvolver soluções em conjunto, criando ferramentas de apoio ao empreendedor, facilitando os trâmites burocráticos e gerando oportunidades, tem-se um campo mais fértil para prosperar.

Porém, existem diversos desafios para a implantação dos centros de inovação, entre os quais, ter recursos humanos qualificados para integrar e crescer junto com as empresas do setor, e o cuidado para que não haja um desequilíbrio entre os membros do centro. "A ACATE toma esse cuidado, ou seja, em um ambiente como esse, uma única empresa não pode ser detentora de 50% do espaço, porque isso desequilibraria o ecossistema. Além do mais, a criação de uma cultura de colaboração, nem sempre é tão evidente em todos os locais. O prédio por si não garante isso. É necessário trazer experiências e pessoas habituadas a

ambientes como esse, que irão desenvolver laços de confiança, fortalecendo essa cultura”, ressalta do diretor executivo.

Para o presidente da ACATE, Daniel dos Santos Leipnitz, o Centro de Inovação ACATE já se consolidou como um hub de inovação na cidade. Além de concentrar diversos atores do ecossistema, de incubadora a fundos de investimento, se tornou referência na promoção de eventos sobre o tema. Só em 2017, o CIA recebeu 58 mil pessoas em eventos, bem como, recebe diariamente a visita de representantes de outros estados para conferir o que está sendo desenvolvido no Centro. Conforme o presidente, ter a cultura da inovação e compartilhamento, e o objetivo de que o ecossistema cresça como um todo, e não apenas em alguns segmentos, são fatores essenciais. ■



“O Centro de Inovação ACATE Primavera, que já completou 3 anos, nos trouxe bastante experiência sobre como ambientes colaborativos como esses podem auxiliar o desenvolvimento regional.”

Gabriel Gabriel Sant'Ana Palma Santos,

Diretor Executivo da ACATE



“O Centro de Inovação ACATE já se consolidou como um hub de inovação na cidade. Além de concentrar diversos atores do ecossistema, de incubadora a fundos de investimento, se tornou referência na promoção de eventos sobre o tema.”

Daniel dos Santos Leipnitz,

Presidente da ACATE

Centro de Inovação ACATE Primavera





LIVING LAB

Inovação e validação de soluções para o setor público

Por



Eduardo Mazzuco



Mariana Pessini Mezzaroba

A validação de um produto ou serviço antes da comercialização final é uma etapa importante no desenvolvimento de uma solução. Essa etapa se torna imprescindível quando essas soluções são destinadas a um ambiente urbano, envolvendo interação com cidadãos, setor público e suas regulamentações.

Quando uma empresa desenvolve uma solução onde os clientes (diretos ou indiretos) podem ser cidadãos e/ou vise atender uma necessidade urbana, como mobilidade, segurança e outros tópicos relacionados às cidades, a validação desse produto ou serviço diretamente com público alvo pode ser de grande valia para o aprimoramento dos mesmos. Nesse contexto, os Living

Labs atuam como intermediários entre usuários (aqueles que desejam validar uma solução), instituições públicas (possíveis clientes diretos), pessoas (possíveis clientes diretos ou indiretos das soluções) e outras empresas privadas (os quais podem atuar como viabilizadoras e se tornarem clientes das soluções).

O conceito de Living Lab foi introduzido pelo professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (Massachusetts Institute of Technology – MIT), **Willian Mitchell**, em meados de 2003. Inicialmente, o termo era utilizado para descrever um ambiente da universidade onde se observava a interação de pessoas com a tecnologia. Posteriormente, na Europa, principalmente devido a formação da Rede Europeia de Living Labs (European Network of Living Labs – EnoLL), o termo começou a ser empregado para descrever projetos que envol-

viam a implantação e validação de serviços ou produtos em ambientes reais, como a própria cidade.

De acordo com a descrição da rede **EnoLL**, os livings são organizações orientadas pela prática e que adotam a inovação aberta e colaborativa, como também ambientes reais ou arenas, onde os processos de inovação são experimentados e estudados, contribuindo para o desenvolvimento de novas ideias. Ao analisar essa descrição, percebe-se como o termo Living Lab pode ser utilizado tanto em referência às organizações (sede do Living Lab, por exemplo), remeter ao ambiente onde são implementadas as inovações (região ou local específico), quanto ao processo de desenvolvimento, aprimoramento e validação de soluções como um todo.

Similar às incubadoras e aceleradoras de startups, os Living Labs também são classificados como

habitats de inovação. Porém, ao contrário destes dois exemplos, onde o processo parte de um modelo de negócio que será desenvolvido e/ou escalado, no Living Lab, o foco é um produto ou serviço maduro o suficiente para ser implantado e validado em um contexto real. Além disso, outra característica dos Living Labs é o incentivo à inovação aberta, o qual se classifica como o uso de conhecimento externo ao setor de pesquisa e desenvolvimento interno de uma empresa, como por exemplo, a percepção e ideias dos próprios clientes ou conexão com a academia.

Desta maneira, percebe-se que os resultados obtidos com os Living Labs podem ser observados em diferentes níveis: no setor público, onde há uma busca em melhorar a qualidade de seus serviços prestados e a satisfação dos cidadãos, é possível testar soluções antes de uma compra ou contratação; no



Foto: Leonardo Sousa

âmbito da cidade e seus cidadãos, os quais se beneficiam de soluções inovadoras; na academia, o qual possui a oportunidade de interagir e apresentar o conhecimento que é produzido por ela; e, por fim, talvez o mais importante, visto que os Living Labs são fortemente orientados por seus usuários, as empresas ou indivíduos interessados em testar produtos ou serviços inovadores, os quais, além de terem suas soluções validadas em campo, ganham visibilidade ao fornecer seus produtos ou serviços para os testes.

O objetivo do Living Lab é dar suporte às empresas para que estas testem e validem suas soluções inovadoras (produtos, serviços, processos) com mais orientação antes de lançar as soluções no mercado, aprimorando as soluções com a experiência de uso dos clientes e o ganho de visibilidade em participar e demonstrar suas soluções em um projeto de inovação. Além da população, a qual pode se beneficiar dessas soluções e ter contato direto com a inovação, os possíveis clientes diretos dessas empresas, como o setor público, são capazes de verificar os possíveis resultados antes de uma futura contratação ou compra. "Em um país como o Brasil, que ainda carece de inovação nas cidades, o Living Lab serve para que empresas demonstrem suas soluções, entregando bons resultados e gerando indicadores de desempenho, a fim de convencer os gestores a adotarem as inovações. O desafio é conseguir envolver todos os parceiros

no projeto, que é totalmente inovador no Brasil", destaca Thaís Nahas, consultora em cidades inteligentes do Laboratório de Inovação Urbana de Florianópolis.

Para Nahas, a cidade de Florianópolis tem um ambiente ideal para realizar o Living Lab, pois abriga um importante polo de tecnologia e inovação composto por universidades, centros de pesquisa, aceleradoras, entidades, empresas e uma administração municipal que apoia novas iniciativas. "Com esse conjunto de parceiros engajados, conseguimos elaborar o Laboratório de Inovação Urbana, com a fase piloto já em andamento na Rua Vidal Ramos, que também agregou a Secretaria de Segurança Pública no teste de uma solução de videomonitoramento compartilhado com o cidadão", relata Nahas, que ainda destaca a nova fase deste projeto em parceria com o grupo VIA Estação Conhecimento, onde o objetivo é lançar uma chamada de soluções para que novos produtos e serviços possam ser testados e avaliados, utilizando o ambiente urbano como um laboratório a céu aberto. "Queremos que a cidade se torne referência na América Latina no desenvolvimento de soluções para as cidades", enfatiza a consultora.

O projeto do Laboratório de Inovação Urbana foi viabilizado pelo termo de cooperação técnica entre Prefeitura, Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF) e a ACATE, com foco na Rua Vidal Ramos. Essa iniciativa será incorporada ao Living Lab Florianópolis, ação



Para Thaís Nahas, consultora em cidades inteligentes do Laboratório de Inovação Urbana, a cidade de Florianópolis tem um ambiente ideal para realizar o Living Lab, pois abriga um importante polo de tecnologia e inovação composto por universidades, centros de pesquisa, aceleradoras, entidades, empresas e uma administração municipal que apoia novas iniciativas.



Conforme Diego Brites Ramos - Diretor geral da Teltec Solutions - a inovação no governo necessita ser estrutural nos próximos anos.

que fará parte do plano de trabalho da Rede de Inovação Florianópolis, dentro do convênio firmado entre o Fundo Municipal de Inovação e a ACATE. De acordo o superintendente de Ciência Tecnologia e Inovação da prefeitura municipal de Florianópolis, Marcus Rocha, esta é uma iniciativa inédita no Brasil. "Florianópolis é a primeira cidade que criou uma Rede de Inovação trabalhando de forma integrada. Para isso, também é fundamental que os atores do ecossistema de inovação da cidade também trabalhem integrados, o que tem acontecido em Florianópolis. Prova disso é que a Prefeitura, por meio do Fundo Mu-

nicipal de Inovação, apoia ações fundamentais nos centros de inovação da cidade, tais como eventos, missões e também o Living Lab, nas quais vemos a academia trabalhando junto com entidades empresariais e com o poder público. Tudo isso sob o olhar atento e a anuência do Conselho Municipal de Inovação e do Comitê Gestor do Fundo Municipal de Inovação, proporcionando transparência e governança no uso dos recursos públicos". Ainda de acordo com Rocha, a metodologia do Living Lab Florianópolis vai propiciar de forma sistêmica e organizada a atração e a seleção de projetos de tecnologia urbana para

resolver os problemas da cidade. "A ideia é que a partir de 2019 tenhamos cada vez mais projetos neste sentido por aqui", destaca.

Para Diego Brites Ramos, diretor geral da Teltec Solutions, empresa de soluções tecnológicas com sede em Florianópolis e filiais em Brasília e São Paulo, os cidadãos esperam serviços públicos cada vez mais eficientes e eficazes. Desta maneira, os gestores públicos estão buscando inserir a inovação como um pilar essencial em sua administração, objetivando empregar soluções tecnológicas para otimizar serviços públicos, gerar desenvolvimento econômico e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Segundo ele, antes de ter inovação, é preciso que se pense na cultura e na estratégia, e por isso é necessário empoderar os servidores e agentes públicos para usarem novas tecnologias e experimentar novas formas de gestão.

"Inovação é uma jornada longa, e toda jornada longa começa com um primeiro passo e esse primeiro passo pode ser criar um espaço para validação de novas soluções. Um espaço onde inovação e conhecimento circulam livremente. A inovação vem do campo, é preciso estar junto com os usuários, junto com os cidadãos. Ter no cidadão o epicentro das transformações", encerra Ramos. ■

Para o superintendente de Ciência Tecnologia e Inovação da prefeitura municipal de Florianópolis, Marcus Rocha, os Living Labs são formas de o governo aderir à inovação aberta, transformando a cidade em um laboratório. Este "laboratório vivo" é fundamental para trazer soluções para os principais problemas que a cidade possui promovendo inovação na gestão municipal.



Saiba Mais:

MAZZUCO, Eduardo; TEIXEIRA, Clarissa Stefani. Living Labs: Intermediários da Inovação. REAVI-Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí, v. 6, n. 9, p. 87-97, 2017. [Disponível aqui.](#)



HACKATHONS

Soluções inovadoras para cenários tradicionais

Por



Luiz Eduardo
Brand Flores



Clarissa Stefani Teixeira

O que são os Hackathons?

Um Hackathon é um evento colaborativo que surge da cena de programação. Realiza-se uma maratona de programação na qual hackers se reúnem por horas, a fim de explorar dados abertos para desenvolver projetos de software ou mesmo de hardware. O termo foi cunhado pela OpenBSD em junho de 1999 nos Estados Unidos, quando um grupo de desenvolvedores se reuniu em uma casa para escrever códigos.

Hoje, entretanto, o evento não tem mais o mesmo formato que na época, mas segue os mesmos princípios. Pessoas de várias origens e com diferentes conjuntos de habilidades e competência se encontram em um local, dentro de um período de tempo, para criar soluções inovadoras para cenários tradicionais.

O Hackathon também apresenta impacto fora da indústria de tecnologia. São soluções para problemas reais nas mais diversas áreas de conhecimento. Indústria da moda, segurança, setores de energia e administração pública, estão aproveitando os benefícios da realização de maratonas.

Metodologia Hackathon powered by VIA Estação Conhecimento

Planejamento e preparação são as chaves para que qualquer evento atinja os elementos fundamentais do organizador. Pensando em um movimento colaborativo, em que a universidade é um dos atores do processo de inovação, o grupo VIA Estação Conhecimento, em 2016, lançou sua metodologia de condução de inovação aberta. A metodologia busca levar o conhecimento científico da academia para o mercado, envolvendo o governo de forma a unir práticas inovadoras que levam a soluções reais para problemas reais.

Para desenvolver sua metodologia, o grupo reuniu a sua experiência em implantação e gestão de habitats de inovação, empreendedorismo e metodologias ativas de aprendizagem com eventos já realizados pela VIA, com o conhecimento gerado a partir da literatura existente, sobre inovação e, em especial sobre os processos de inovação aberta.

Assim, mais que um final de semana, o Hackathon envolve basicamente duas etapas, sendo o pré-evento e evento.

- **Pré-evento:** envolve a fase de preparação para a mudança que ocorre dentro do governo e a preparação do próprio evento. Nesta etapa, prioritariamente são definidos os temas (a partir de rodadas de identificação dos problemas com a equipe técnica do governo), apoiadores, mentores, regras do evento e suas legalidades de acordo com a legislação que o governo está submetido, estratégias de marketing, financeiras e organização e definição da operação do próprio evento.

- **Evento:** compreende as ações do primeiro, segundo e terceiro dia que envolvem desde a recepção dos participantes à atuação dos mentores, desenvolvimento de palestras e painéis e operacionalização do desenvolvimento das soluções. O processo de acompanhamento das equipes, considerando as fases de validação do problema, ideia e solução também são amparados pela metodologia do grupo VIA.

Os problemas são provenientes das dores da organização

Se tratando do setor público os problemas são identificados por meio de diversas interações entre pesquisadores e colaboradores do governo. Há uma quebra de paradigma visto que pensar nos problemas parece mais difícil que propor soluções. O processo de definir os problemas a serem trabalhados no Hackathon envolve principalmente a equipe técnica do governo. Mesmo que a alta gestão esteja envolvida para a condução do evento, o mesmo só pode ser realizado a partir da contribuição dos técnicos. São eles que, com suas experiências, demandas e necessidades, possibilitam que as temáticas do evento façam sentido para a real necessidade da administração pública. Assim, a metodologia permite que emergja do governo as dores encontradas no dia a dia do trabalho, considerando os diferentes setores de uma mesma organização pública.

Além disso, como diferencial, a metodologia permite que os colaboradores do governo criem empatia com as práticas para assim haver mudança de cultura para a inovação dentro do órgão público. Para tanto, a partir de diversos encontros, são realizados workshops e capacitações que envolvem dinâmicas que facilitam o entendimento do evento, das práticas de condução das equipes e das estratégias de alinhamento entre as ideias advindas dos participantes e a presença da solução para o dia a dia do governo.

Com o evento, a organização ganha inclusive um time de mentores que passa de colaborador para protagonista principal das práticas de inovação aberta da organização. Os colaboradores, antes do even-

to, são capacitados inclusive para a mentoria das equipes durante a maratona. No evento, há conexão com diferentes atores e assim a transferência de conhecimento para as equipes se dá de forma colaborativa levando em consideração olhares públicos, privados e acadêmicos.

Como diferencial da metodologia cita-se a ativação do ecossistema de inovação que, para a maratona, reúne empresas, academia, habitats de inovação, instituições, mentores e investidores em prol do desenvolvimento da modelagem das ideias trazidas pelas equipes multidisciplinares que participam do evento.

Os diferenciais se destacam pela integração

Mesmo que o ponto focal seja a busca por soluções ainda não encontradas em instituições públicas, na prática os benefícios se concentram na integração entre diferentes stakeholders do ecossistema de inovação. Os muros relatados por muitas pessoas entre governo, academia e empresas começam a ser derrubados quando iniciativas que prezam pela colaboração são realizadas. O networking com atores mundiais, a partir da curadoria realizada pelo grupo VIA, também é ponto de relevância do evento. As conexões entre os diferentes atores permitem a aproximação inclusive de diferentes órgãos do governo. Além disso, a metodologia permite

a facilitação para o engajamento em rede de mentores experientes do mercado com técnicos especialistas do governo que, juntos, prototipam e conduzem as equipes para a localização das melhores estratégias de resolução dos problemas. Desta forma, um dos principais benefícios da metodologia é a própria inovação de governo realizada. Há inclusive uma mudança de cultura dos agentes públicos.

Hackathon CELESC 2017

O Hackathon CELESC foi realizado, em período integral, entre 1º e 3 de setembro de 2017, na sede da Empresa, em Florianópolis, como uma maratona de desenvolvimento destinada à captação de contribuições para originar novos produtos e/ou negócios nas áreas de:

- Relacionamento com o cliente;
- Gestão de perdas financeiras e não técnicas.

Premiação

As três equipes premiadas ganharam a pré-incubação no Cocreation Lab, do Centro Sapiens, em Florianópolis, associação à ACATE por dois anos sem custo, pontuação diferenciada no processo seletivo da Incubadora MIDITEC, desconto no MBA de Inovação da Estácio Florianópolis e uma consultoria em tradução para Pitch no Milestone English Course. A primeira equipe colocada ganhou também uma viagem à Colômbia para conhecer projetos inovadores em Medellín.



"Inovação é um de nossos valores corporativos e temos investido crescentemente para consolidar essa cultura em nosso contexto organizacional. Uma excelente forma de fazer isso é integrar apoio externo qualificado proveniente da área acadêmica e do próprio ecossistema de inovação, que nos ajude a incorporar novas tecnologias e novos processos bem como buscar soluções inovadoras para o nosso âmbito de negócio. Somos uma empresa pública que quer ser cada vez mais eficiente para continuar entregando satisfação e qualidade de vida. Não é por acaso que a nossa marca corporativa associa, ao mesmo tempo, os símbolos de uma rica cultura e do desenvolvimento com sustentabilidade - somos a Energia dos Catarinenses!"

Cleverson Siewert,

Diretor Presidente da Celesc ressalta a importância de integrar atores externos na geração de melhorias em seus serviços prestados à comunidade



“Realizamos duas maratonas de programação, hackathons, no CIASC e participamos da organização do hackathon da CELESC. Nos três eventos, destacamos como principal resultado obtido a vivência prática e a intensa troca de conhecimento entre a academia, iniciativa privada e poder público. A iniciativa privada nos trouxe energia, aproximação do mercado, forma de pensar e agir com menos restrições burocráticas e a academia adicionou as metodologias e conhecimento científico. Após os eventos, percebemos no CIASC aplicações práticas de CANVAS (Business Model Generation), MVP (Minimum Viable Product), Lean e outras ferramentas e metodologias que puderam ser vistas e experimentadas durante os hackathons. Hoje temos a certeza que a soma disso tudo nos fez refletir, pensar diferente e, assim, fomentar a inovação”.

Guilherme Pinter

Gerente de Produtos de Software do CIASC



Hackathon #DesenvolveSC

O grupo VIA Estação Conhecimento também já realizou dois Hackathons em conjunto com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC). Os temas são diferenciados, de acordo com a necessidade de cada parceiro. Na primeira edição em 2016, juntamente com o CIASC e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), os temas foram meio ambiente, inovação e desenvolvimento econômico. Em 2017, em parceria com o CIASC e Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) o tema do desafio permeou as necessidades de soluções para a segurança pública.

Na primeira edição a solução campeã SOSurdo foi desenvolvida e hoje está disponível para ser baixada nas lojas virtuais de aplicati-

vos. O aplicativo SOSurdo auxilia o deficiente auditivo no contato com centrais de emergência. O serviço oferece auxílio em casos de acidente de trânsito, atendimento pré-hospitalar, incêndio, resgate e outras opções de salvamento.

Além disso, o evento rendeu o prêmio dado ao CIASC pela ADVB/SC, como Empresa Cidadã 2017, com o case “Hackathon #DesenvolveSC” realizado no ano de 2016 na categoria Participação Comunitária.

Premiação

Na segunda edição do Hackathon #DesenvolveSC as premiações foram:

- Para o primeiro lugar o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
- Para o segundo lugar o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). ■



MOBILAB

Por



Mariana Pessini
Mezzaroba

O Laboratório que fomenta a cultura da inovação na cidade de São Paulo

Introduzir no setor público a criatividade, customização e agilidade típicas de startups é a principal função do Laboratório de Inovação em Mobilidade da Prefeitura de São Paulo, o MobiLab. O Laboratório, que surgiu para mudar o relacionamento da administração pública com a tecnologia, introduzindo inovação, transparência e participação da sociedade civil busca inspirar e empoderar gestores públicos a fazer diferente e melhor.

O MobiLab foi criado para ser uma saída ao modelo passivo de consumo de tecnologia e uma maneira de permitir atuações práticas de gestores públicos, empresas e sociedade. O laboratório permite então que gestores interajam

com startups criativas num diálogo inédito, no qual ganham o servidor por aprender novas tecnologias e soluções, e as startups que podem aprimorar suas ferramentas com o conhecimento dos técnicos da prefeitura, bem como ganha a sociedade com a entrega de soluções para a mobilidade na maior cidade do país.

O MobiLab segue o conceito internacional de laboratórios de inovação como catalisadores de mudanças na gestão pública, fazendo isso por meio de duas principais formas:

- **1) contratando startups para desenvolverem sistemas de tecnologia da informação para o setor público**, trazendo soluções baratas para melhorar a

gestão pública – por meio de concurso de projetos.

- **2) ajudando startups a desenvolverem ferramentas inovadoras** para os cidadãos da cidade, gerando inovação, renda e serviços para a população, por meio do Programa de Residência.

Segundo Daniel Annenberg, secretário de Inovação e Tecnologia da cidade de São Paulo, este espaço de inovação para a mobilidade é capaz de aproximar o setor privado do público, bem como do meio acadêmico, gerando negócios e principalmente encontrando soluções para as grandes cidades por meio da abertura de dados.



Daniel Annenberg

Secretário de Inovação e Tecnologia da cidade de São Paulo

O MobiLab pode ser considerado um exemplo de inovação no setor público na medida em que apresenta:

Espaço público de coworking de 340m²

Promove a interação entre técnicos da administração pública, terceiro setor, startups e universidades, formando um ecossistema que integra e compartilha conhecimentos e experiências de diferentes organizações

Residência

Oferece às startups uso do coworking, acesso a um programa de mentoria personalizado, aces-

so a diversos dados de mobilidade, apoio técnico, entrada livre em eventos e, para as startups que cumprirem as suas metas, certificado de participação no programa e participação no Demo Day MobiLab.

Hospedagem

Credenciamento para que pessoas ou grupo de pessoas possam usar o espaço de coworking - ONGs, cooperativas, coletivos, movimentos sociais, universidades, etc.

Concurso de projetos

Seguindo a Lei de Licitações (8.666), convoca pessoas físicas e jurídicas (de até médio porte) a

apresentar propostas para projetos desenhados de acordo com a demanda de técnicos da Secretaria Municipal de Transporte.

DemoDay

Evento que apresenta as melhores startups das iniciativas do MobiLab para investidores, aceleradoras, membros do governo e empresas públicas, e agentes do ecossistema de inovação.

Neste contexto, desde 2013, quando surgiu, mais de 20 startups/projetos de tecnologia já passaram pelo MobiLab. Como exemplo, citam-se as startups como a **LogBee** que se tornou caso nacional



de sucesso ao ser comprada pelo Magazine Luiza, a **Scipopulis** que figura no concorrido ranking das 100 melhores startups do Brasil, e a **Onboard**, ganhadora de inúmeros prêmios.

Além do mais, por meio do concurso de projetos desenvolvido no Laboratório se percebe que não só grandes empresas podem fazer negócios com startups e que é possível fazer sistemas de tecnologia da informação de forma rápida e criativa, com baixo custo, numa **construção conjunta com conhecimento compartilhado**. A exemplo do potencial do MobLab, citam-se os sistemas como uma sofisticada

central de semáforos de tempo fixo, ou automação de processos da área operacional da SPTans (São Paulo Transportes S.A) que foram desenvolvidos em código aberto e software livre por valores inferiores aos dos sistemas comercializados por grandes empresas.

Por meio dessas iniciativas, e dentro do ecossistema de inovação de uma cidade, o MobLab já se tornou referência como fomentador de startups de ponta em mobilidade, espaço de criação de soluções inovadoras e um case que merece ser divulgado, bem como replicado por outras cidades brasileiras.

Exemplos de startups desenvolvidas e apoiadas pelo programa de residência

Bikxi: É a primeira carona compartilhada do mundo por meio de bicicletas elétricas duplas que são guiadas pelas ciclovias por profissionais treinados. O passageiro pode tanto pedalar junto quanto só relaxar e curtir o passeio. Funciona como um “taxi” de bike.

Milênio Bus: Traz a tecnologia de internet das coisas (IoT) no se-



tor de mobilidade urbana. Hardware, app mobile e plataforma são integrados, contando passageiros nos ônibus e permitindo, por exemplo, saber se o próximo veículo está cheio ou não. Faz otimização da frota e geração de dados para as empresas de transporte público.

MaisTroco: Plataforma que recompensa as pessoas pelo uso do transporte público, ações diárias e por seu consumo na rede parceira, possibilitando que consigam fazer uma poupança e/ou que possam investir esse dinheiro no mercado financeiro.

Onboard Mobility: É uma startup que tem como principal objetivo facilitar o processo de pagamento dos serviços de transporte público de passageiros, utilizando a mais avançada tecnologia disponível. Desenvolveu tecnologia que permite “bater o celular na catraca”, substituindo assim os cartões de bilhete único.

Logbee: Plataforma de logística urbana, focada em entregas na grande São Paulo. Atendem negócios online ou offline que necessitam fazer a distribuição de seus produtos com acompanhamento em tempo real, previsão de horário de entrega e preço competitivo.

Safe Truck: Sistema de prevenção de acidentes viários que auxilia o motorista durante a condução, trabalhando como um copiloto, reduzindo a possibilidade de acidentes. Em caso de acidente, o sistema poderá ser utilizado como a caixa preta do veículo.

Scipopulis: Empresa de inovação, focada em cidades inteligentes e dedicada à mobilidade urbana.

Desenvolvem soluções para usuários e gestores do sistema de mobilidade nas áreas de monitoramento, análise de dados, relacionamento, compartilhamento e mobilidade ativa.

Woole: Aplicativo para bicicleta que calcula rotas seguras, planas e rápidas de acordo com o nível de experiência do ciclista. O usuário também encontra no app locais de interesse, como ciclovias e bicicletários, além de poder avaliar rotas, locais e incluir novos pontos no mapa.

ClickFretado: Plataforma online que centraliza todas as excursões em uma única página de busca para facilitar a organização de vans e ônibus fretados para eventos. ■

Premiações do Laboratório:

- Sustainable Transport Award 2015
 - MobiPrize 2014, Universidade de Michigan (USA)
- Para conhecer mais sobre o Laboratório [clique aqui!](#)

DADOS ABERTOS

Uso de dados por organizações e startups em benefício dos cidadãos

Segundo a definição da Open Knowledge International, “dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente acessá-los, utilizá-los, modificá-los e compartilhá-los para qualquer finalidade, estando sujeito a, no máximo, exigências que visem preservar sua proveniência e sua abertura”. Para que estes dados sejam considerados abertos é necessário que exista uma publicação dos dados em formato aberto e sob uma licença aberta. Embora os dados abertos possam ser encontrados com facilidade, o seu uso requer um nível básico de conhecimento técnico para utilizar os arquivos, tais como CSV, JSON, XML.

Por*



Mariana Pessini
Mezzaroba

* A partir de informações na [página Dados do Governo federal](#).

David Eaves, especialista em políticas públicas e ativista dos dados abertos, elenca três leis* que são:

- 1) Se o dado não pode ser encontrado e indexado na Web, ele não existe;
- 2) Se não estiver aberto e disponível em formato compreensível por uma máquina, ele não pode ser reaproveitado; e
- 3) Se algum dispositivo legal não permitir sua replicação, ele não é útil.

Em 2007, um grupo de trabalho de 30 pessoas reuniu-se na Califórnia para definir os princípios dos Dados Abertos Governamentais. Para eles, a conformidade com estes princípios precisa ser verificável e uma pessoa deve ser designada como contato responsável pelos dados disponibilizados.

Os oito princípios de dados abertos

Completo. Todos os dados públicos são disponibilizados. Dados são informações eletronicamente gravadas, incluindo, mas não se limitando a, documentos, bancos de dados, transcrições e gravações audiovisuais. Dados públicos são dados que não estão sujeitos a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso, reguladas por estatutos.

Primários. Os dados são publicados na forma coletada na fonte,

com a mais fina granularidade possível, e não de forma agregada ou transformada.

Atuais. Os dados são disponibilizados o quanto rapidamente seja necessário para preservar o seu valor. Acessíveis. Os dados são disponibilizados para o público mais amplo possível e para os propósitos mais variados possíveis.

Processáveis por máquina. Os dados são razoavelmente estruturados para possibilitar o seu processamento automatizado.

Acesso não discriminatório. Os dados estão disponíveis a todos, sem que seja necessária identificação ou registro.

Formatos não proprietários. Os dados estão disponíveis em um formato sobre o qual nenhum ente tenha controle exclusivo.

Livres de licenças. Os dados não estão sujeitos a regulações de direitos autorais, marcas, patentes ou segredo industrial. Restrições razoáveis de privacidade, segurança e controle de acesso podem ser permitidas na forma regulada por estatutos.

Apesar dos princípios terem sido pensados para os Dados Abertos Governamentais, pode-se aplicá-los, também, a dados abertos de modo geral (com a possível exceção do primeiro, já que esse trata de dados do poder público).

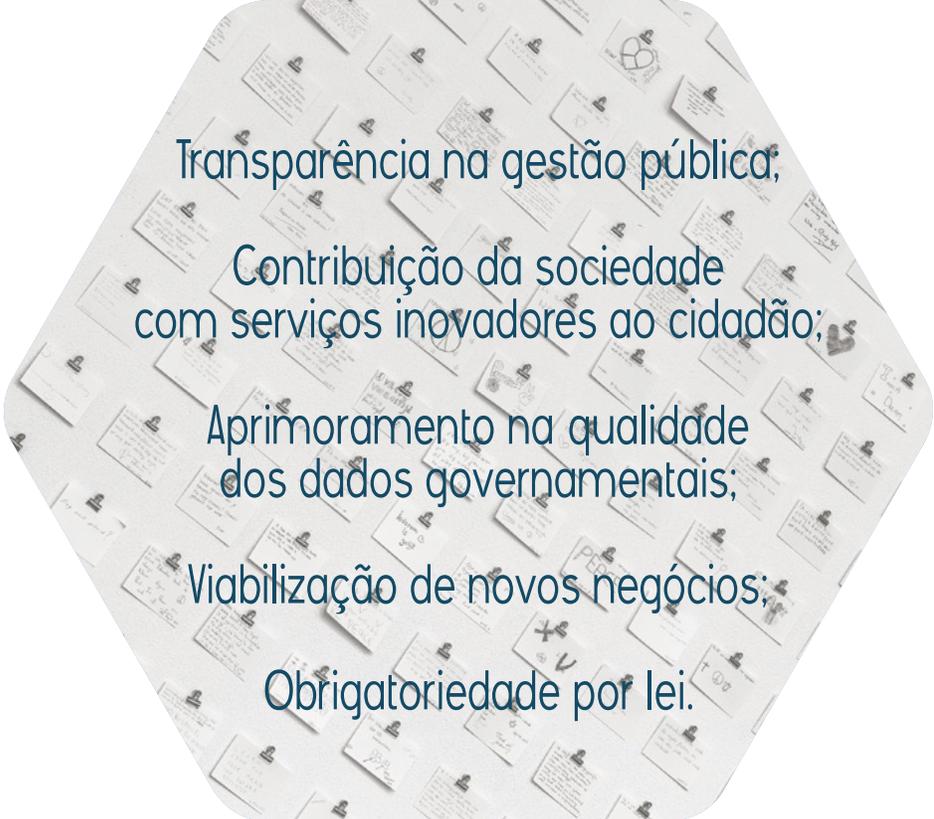
CONTEXTO

Em 18 de novembro de 2011 foi sancionada a Lei de Acesso à Informação Pública (**Lei 12.527/2011**) que regula o acesso a dados e informações detidas pelo governo. Essa lei constitui um marco para a democratização da informação pública, e preconiza, dentre outros requisitos técnicos, que a informação solicitada pelo cidadão deve seguir critérios tecnológicos alinhados com as “3 leis de dados abertos”. Dentro desse contexto, o governo brasileiro disponibilizou na Internet o Portal Brasileiro de Dados Abertos uma ferramenta construída para centralizar a busca e o acesso dos dados e informações públicas. O Brasil foi membro co-fundador da Parceria para Governo Aberto, ou Open Government Partnership (OGP), e desenvolveu o Portal (www.dados.gov.br) como um de seus compromissos que foram formalizados no primeiro Plano de ação de governo aberto, lançado no OGP e referenciado pelo Decreto sem número de 15 de setembro de 2011. Já a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal foi consolidada pelo **Decreto n.º 8.777, de 2016**.

Cinco motivos para abertura de dados

O Tribunal de Contas da União apresenta cinco motivos para que as organizações públicas invistam em iniciativas de abertura de dados governamentais:

* As leis foram propostas para os Dados Abertos Governamentais, mas pode-se dizer que elas se aplicam aos Dados Abertos de forma geral.



Transparência na gestão pública;

Contribuição da sociedade com serviços inovadores ao cidadão;

Aprimoramento na qualidade dos dados governamentais;

Viabilização de novos negócios;

Obrigatoriedade por lei.

Exemplo de abertura de dados

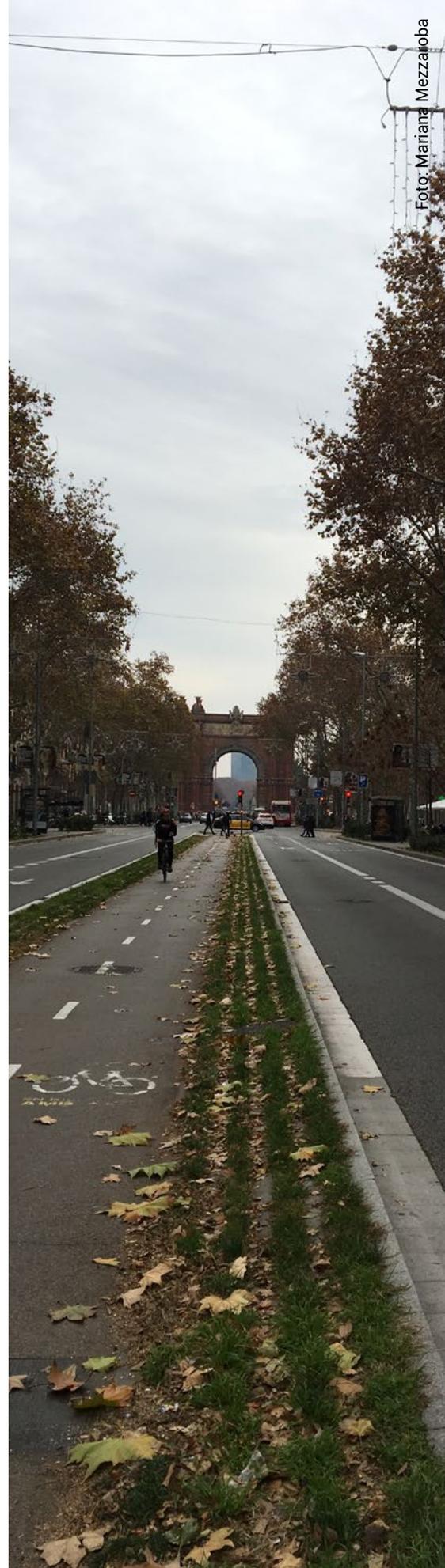
No ano de 2014 a cidade de Barcelona, na Espanha, recebeu o prêmio de Capital Europeia da Inovação. O prêmio pode ser considerado como reconhecimento para um projeto que foi lançado quatro anos antes e denominado "Barcelona uma cidade de pessoas". O ecossistema de inovação sustentável de Barcelona, rotulado como "iCapital" é apoiado por instituições públicas (incluindo serviços públicos, bem como universidades e centros de pesquisa), pelo setor privado (de corporações globais a startups) e por cidadãos, baseando-se nas infraestruturas da cidade.

O projeto utiliza tecnologias para promover o desenvolvimento e o bem-estar de seus habitantes, contando com cinco eixos:

- 1) iniciativas de dados abertos;

- 2) iniciativas de crescimento urbano sustentável (iluminação inteligente, veículo elétrico mobilidade e energia residual);
- 3) inovação social;
- 4) promoção de alianças entre pesquisa centros, universidades, parceiros privados e públicos; e
- 5) fornecer "serviços inteligentes" baseados em TIC.

A partir do primeiro eixo, o Conselho da Cidade de Barcelona começou a se dedicar aos dados abertos como forma de compartilhar conjuntos de dados coletados no nível da cidade. O projeto de dados abertos não apenas fornece disponibilidade gratuita aos dados, mas também contribui para a integração dos dados como entradas para uso de atores externos. Para facilitar a integração em outras plataformas, os dados são fornecidos em formatos padrão, abrangentes, abertos e



digitais, com uma estrutura clara e com informações de suporte. Os dados incluídos no projeto de dados abertos foram compilados ou gerados pelo conselho da cidade, e apenas exclui os dados relacionados à privacidade, propriedade ou proteção de dados pessoais ou relacionados à segurança, bem como os dados que são contrários às regulamentações governamentais. Os principais objetivos do projeto de dados abertos são em primeiro lugar, para aumentar a transparência do conselho municipal em relação aos cidadãos, empresas e administração pública. Em segundo lugar, a intenção é detectar as necessidades de dados abertos de outros atores e tentar satisfazê-los. Em terceiro lugar, o projeto visa reforçar o movimento de dados abertos e promover a reutilização dos dados disponíveis e, em quarto lugar, centra-se no reforço ao setor econômico, proporcionando novas oportunidades de negócio.

Dados abertos, bem como as demais iniciativas citadas, corroboram com o conceito de **cidades inteligentes**, que é fortemente dependente da adoção de tecnologia, sugerindo o uso de tecnologias *Smart Computing* para tornar os componentes e serviços de infraestrutura de uma cidade - que incluem administração municipal, educação, saúde, segurança pública, imóveis, transporte e serviços públicos - mais inteligentes, interconectados e eficientes.

Assim como no exemplo apresentado anteriormente do MobiLab da prefeitura de São Paulo, que utiliza dados abertos para soluções de mobilidade, a cidade de Barcelona também está fazendo uso dos dados abertos visando soluções para

usuários do transporte público, por meio de uma plataforma colaborativa para promover o uso e reutilização de informações da infraestrutura e operação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) de Barcelona, o Tram. O portal **TRAM OpenData** oferece o serviço de dados abertos do Barcelona Tram, que pode ser reutilizado por terceiros e destina-se a facilitar uma maior transparência na informação, incentivando a participação dos cidadãos, melhorando a interoperabilidade entre os serviços públicos e promovendo a valorização dos dados para novos usos e serviços. Os dados abertos da operação foram incorporados a uma ampla gama de aplicações feitas por organizações públicas e privadas, entre as quais: Google Maps, AMB Mobility, Moovit, Bing Maps e MyBuslive. ■

Referência bibliográfica:

CAPDEVILA, I, ZARLENGA, M. I., Smart City or smart citizens? The Barcelona case. Journal of Strategy and Management, v. 8, n. 3, p. 266-282, 2015.

TRAM

OPENDATA
Servicio de datos abiertos

Web para desenvolvedores

Desde aquí podrás acceder a información sobre líneas, el servicio, etc.

Este servicio pretende dar información tanto estática como dinámica sobre todo lo que rodea al servicio de TRAM de Barcelona con el objetivo de colaborar con desarrolladores que deseen crear aplicaciones que requieran este tipo de información.



Foto: Acervo VIA

VIA REVISTA ENTREVISTA - MURILO CAVALCANTI

Por



Mariana Pessini
Mezzaroba

Inovação que reflete na segurança pública e na qualidade de vida

Estudioso e entusiasta das iniciativas de combate a violência urbana nas cidades de Bogotá e Medellín, na Colômbia, Murilo Cavalcanti, secretário de Segurança Urbana do Recife nos apresenta nesta entrevista um panorama das ações realizadas para o combate da violência na cidade de Recife. O foco de seu trabalho está na promoção da cultura de paz e segurança cidadã por meio de ações inovadoras. Para isso, nosso entrevistado deixa claro que a questão da violência não é um problema apenas da polícia, mas que precisa ser abordado de forma conjunta entre sociedade e governo.

“Todo mundo precisa ter uma causa na vida. Eu transformei uma dor motivada por uma tragédia pessoal, em uma causa”

Murilo Cavalcanti

Sua maior iniciativa no Recife são os Centros Comunitários da Paz (COMPAZ), que têm o objetivo de fortalecer a cidadania de moradores das áreas mais carentes, em especial jovens em situação de risco, além de prevenir a violência e o uso de drogas. No COMPAZ a inclusão social e o fortalecimento comunitário se fazem presentes em ações voltadas à saúde, educação, segurança e empreendedorismo a partir de iniciativas que incluem atividades físicas e intelectuais, sendo um bom exemplo do alinhamento entre teoria e prática de inovação na administração pública.

Para Cavalcanti, inovar por meio de políticas públicas eficientes em um ambiente com atores governamentais unidos em prol de seus cidadãos é uma forma de transformar vidas e perspectivas, gerando uma integração do ecossistema em torno da cidade. Confira a entrevista:

O Centro Comunitário da Paz (COMPAZ) se apresenta como uma “fábrica de cidadania”. Qual a relação entre cidadania e cultura de paz?

Na América Latina, particularmente no nordeste brasileiro, há uma presença de violência no cotidiano das pessoas. Olho por olho, dente por dente, fazer justiça com as próprias mãos, não acreditar na justiça, fazem parte da convivência não pacificada nesses territórios, sobretudo nos urbanos. A cultura de paz e não violência por meio da promoção da cidadania tem essa finalidade de fazer com que as pessoas não se matem, não se agriem, não procurem fazer justiça com as próprias mãos. O COMPAZ tem essa finalidade: promover a cidadania por meio da cultura de paz e não violência. No COMPAZ há mediação de conflitos, biblioteca parque voltada para cultura de paz, promoção de cidadania a partir da cultura e esportes.



Foto: Acervo VIA

Sobre o entrevistado:

Murilo Cavalcanti é administrador de empresa, atualmente exercendo o cargo de Secretário de Segurança Urbana da cidade do Recife. Especialista em políticas públicas de prevenção à violência urbana, sendo responsável pela concepção e modelo de gestão do Centro Comunitário da Paz (COMPAZ), equipamento público voltado para a promoção da cidadania, educação, e cultura de paz, implantado na cidade do Recife. Murilo é coautor do livro "As Lições de Bogotá e Medellín - Do Caos à Referência Mundial" (Veja em Dicas de Leitura) e estudioso das transformações urbanísticas de cidadania e reversão da violência urbana de Medellín na Colômbia.

Murilo Cavalcanti,

Secretário de Segurança Urbana do Recife

O COMPAZ possui duas unidades no Recife, o COMPAZ Governador Eduardo Campos e o COMPAZ Escritor Ariano Suassuna. Quais resultados foram obtidos até o momento em relação à inclusão social e o fortalecimento das comunidades em que estão inseridos?

No entorno do COMPAZ já é público e notório a redução de todo tipo de violência. Melhoramos ainda o rendimento dos alunos da rede pública de ensino, notadamente em

português e matemática. Reduzimos a evasão escolar, melhoramos a convivência cidadã entre alunos e professores na sala de aula e, efetivamente, estamos preparando uma geração de não delinquentes.

Quais são os benefícios da atuação conjunta entre sociedade civil e administração pública para solucionar problemas sociais?

Nenhuma, absolutamente nenhuma iniciativa que parta do setor público e não tenha a participação efetiva da sociedade civil terá sucesso. A parceria setor público, setor privado

e ONG's é de fundamental importância para políticas públicas efetivas e com escalas, com resultados visíveis e uma gestão voltada para ofertar "os melhores serviços públicos para os mais pobres".

O COMPAZ foi baseado na experiência colombiana com seus espaços de cidadania. Como essa experiência contribuiu para o surgimento dessa iniciativa em sua gestão e quais outros projetos comunitários o inspiraram?

Medellin, na Colômbia, é o melhor laboratório do mundo, de políticas públicas integradas no território

que ajudam a reverter a escalada da violência. Com as lições de Medellín, aprendemos que é preciso: a) ter decisão política para inovar nas políticas públicas de cidadania; b) inverter a lógica perversa de ofertar obra pobre para quem é pobre; c) ter continuidade administrativa; d) operar em rede; e) aferir os resultados; f) ter soluções diversas para questão da violência urbana. O COMPAZ tenta responder a todas essas necessidades.

O que motiva um agente público a inovar e quais desafios ele enfrenta neste processo?

Todo mundo precisa ter uma causa na vida. Eu transformei uma dor

motivada por uma tragédia pessoal, em uma causa. Rodei alguns lugares do mundo para conhecer boas experiências ou então experiências exitosas. O COMPAZ nasceu desse compromisso, de inovar no território onde atua, por meio de políticas públicas eficientes que ajudem a reverter a escalada da violência. Os percalços e desafios são muitos, mas a vontade de fazer diferente é maior. É preciso ter gestores públicos ousados que ajudem a transformar um sonho em realidade. O COMPAZ é ao mesmo tempo uma fábrica de sonhos, uma fábrica de cidadania e uma fábrica de construção coletiva. ■



Foto: Acervo VIA



Espaço público em Medellín, Colômbia.

Iniciativas inovadoras transformaram Bogotá e Medellín em cidades para as pessoas

Assombrada pela violência, narcotráfico, desagregação social e medo a Colômbia viveu momentos de pânico chegando a totalizar 381 homicídios a cada 100 mil habitantes nas décadas de 80 e 90. Na capital e maior cidade, Bogotá, e na segunda cidade mais populosa, Medellín, a restauração da segurança nos bairros mais perigosos e a criação de projetos tecnológicos, pedagógicos e culturais deram início à uma transformação no país. De acordo com Murilo Cavalcanti, em seu livro: "As Lições de Bogotá e Medellín - Do Caos à Referência Mundial", duas armas bastaram para mudar radicalmente a realidade dessas cidades: decisão política e boa gestão.

Hoje, Bogotá e Medellín vivem tempos de contemplação a ordem pública. Por meio de parcerias entre o governo, empresas e instituições que visam resolver os problemas clássicos da região e acabam por fomentar a inovação, Medellín recebeu em 2013 o título de “Cidade Mais Inovadora do Planeta”, segundo o Wall Street Journal e o Urban Land Institute.

A cidade para as pessoas

A construção de parques, praças e bibliotecas oportunizou diferentes visões de crescimento para a popu-

lação da maior favela do mundo, a Comuna 13, em Medellín. A gestão pública que assumiu a cidade em 2002 desenvolveu iniciativas que pudessem modificar a vida e a história da população local proporcionando além de educação, o respeito e cuidado necessários para a implantação de uma nova cultura.

As medidas para a renovação foram fundamentais para que o amplo comércio de drogas fosse ocupado por iniciativas que fazem Medellín ser atualmente um case e modelo de inclusão social com os projetos urbanísticos “metro cable”, o sistema de escadas rolantes e as biblio-

otecas que foram implantadas.

Inaugurado em 2004, o Metrocable, um teleférico de alta capacidade, liga a malha metroviária de Medellín à sua região periférica. O transporte conta com quatro linhas de 10,7 km de extensão com 13 estações e beneficia aproximadamente 30 mil passageiros por dia, sendo um agente facilitador da locomoção da população moradora da região periférica de Medellín. A iniciativa governamental inovadora e eficiente, funciona como transporte público, o que deixa o serviço bastante em conta (\$2 mil pesos colombianos).

Metrocable em Medellín.



Foto: Caroline Borba



Foto: Acervo VIA

Outra iniciativa de mobilidade urbana que chama a atenção na mesma região são as modernas escadas rolantes que poupam seus moradores de subir e descer cerca de 350 degraus todos os dias. A região agrega seis lances de escada rolante que levam e trazem milhares de pessoas diariamente desde sua inauguração em 2012.

Apesar de que muitas coisas ainda são necessárias no combate à pobreza, Medellín tem se mostrado eficaz no que tange a inovação social, onde a população se apropria de fato de todas as obras públicas que revitalizaram o ambiente e melhoram a qualidade de vida dos moradores. ■



Foto: Caroline Borba

“Nenhuma iniciativa que parta do setor público e não tenha a participação efetiva da sociedade civil terá sucesso”

Murilo Cavalcanti



PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Por



Ágatha Depiné

Participação cidadã e a inovação em cidades

Provavelmente a mais célebre referência de cultura voltada à participação cidadã da história ocidental seja a da antiguidade grega, tendo como símbolo mor as suas poleis. Nesse período, cada cidade era constituída como um “estado que governa a si mesmo”, sendo esta noção de autogoverno baseada primordialmente na participação pública.

A participação direta nas decisões sobre a vida urbana caracterizava-se como um direito e um dever cidadão, conquistando papel fundamental na vida de cada um. Os cidadãos utilizavam sua polis como um espaço educador, a partir da qual buscavam refletir, aprender e dialogar de forma profunda sobre tópicos fundamentais para a vida em comum, tais quais: justiça, governo, felicidade, trabalho, educação, amor, amizade, vida e morte.



Nesse sentido, um dos pilares da participação era a deliberação pública, por meio da qual os cidadãos definiam os valores e normas que regiam o funcionamento da cidade-estado e, ainda, tomavam decisões sobre os diversos aspectos da vida em sociedade. Em Atenas, por exemplo, a ágora ou “assembleia”, era um espaço público para deliberação cidadã, assim como, para definir contratos, julgar delitos, comercializar e pagar taxas. Esse espaço era o centro das decisões e atividades coletivas dos cidadãos.

Entretanto, com as transformações culturais e o avanço da urbaniza-

ção ao longo do tempo, a concepção de cidadania e de participação se transformou, considerando também, em diversas nações, a transferência do poder político do cidadão para um ou mais representantes no poder público e a consequente diminuição de sua participação direta. A virtude cívica da antiguidade foi sobreposta pelo distanciamento dos cidadãos da vida pública e sua quase que exclusiva concentração em interesses particulares.

Sócrates, ao dialogar sobre a justiça, argumentou que somente é possível encontrá-la em uma cidade feliz, a qual assim pode ser

considerada quando o maior contingente possível de cidadãos for feliz, dando a cada parte da cidade o que lhe convém. Nesse sentido, o distanciamento das questões de interesse público abre espaço para que as decisões não mais reflitam a coletividade e acentuem os desequilíbrios no espaço urbano. Grupos que não participam ou se omitem na tomada de decisão tendem a ter suas necessidades relegadas e negligenciadas pelo poder público. Esse processo também contribui para a visão de oposição entre sociedade civil e administração pública, dificultando o compartilhamento de responsabilidades entre eles.

Nos período contemporâneo, em função da incapacidade conjunta das instituições públicas para solucionar problemas urbanos em constante agravamento, tais quais mobilidade, segurança e sustentabilidade, assim como, para atender às diversas demandas por outras soluções e serviços adequados à população, iniciativas colaborativas passaram a surgir da sociedade civil, retomando de certa forma o ideal de participação cidadã e provocando o investimento público em novas abordagens para o planejamento e gestão urbana.

Em parte, essa participação foi impulsionada pela disseminação de mídias digitais, as quais têm facilitado a comunicação e mobilização da população. Tais mídias permitem maior circulação de informação, abrem novos espaços para diálogo e facilitam movimentos em um impulso bottom-up (de baixo para cima). Em um contexto abrangente, recentes movimentos

sociais impulsionados pelas mídias digitais foram a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street e os Indignados de Espanha. No contexto da gestão e planejamento urbano, movimentos sociais urbanos passaram a se organizar por meio de redes sociais e a administração pública passou a utilizar aplicativos, sistemas e plataformas para facilitar a participação, a exemplo dos portais de transparência e das consultas públicas virtuais.

Entretanto, seja no espaço virtual ou real, um dos aspectos mais importantes relacionados à participação cidadã é a ética. O sociólogo contemporâneo Sennet (2018) a discute como princípio para a construção da sociedade e consequente desenvolvimento da cidade. Para o autor, a forma da cidade molda o encontro do cidadão com o outro, com o diferente, com os desafios diários. É nesse sentido que, existe o “construir” e o “habitar” o espaço urbano. Habitar é um ofí-

cio que deve ser reaprendido pelo cidadão contemporâneo. Sennet defende a necessidade de equilíbrio no desenvolvimento urbano, onde o poder não está totalmente com o planejador, com o urbanista, e nem totalmente nas mãos do cidadão. Em sua visão, o papel do planejador é atender à comunidade, e não dizer aos cidadãos como estes devem viver ou tentar impor seus valores à eles. A ideia chave para um futuro urbano melhor é a de “cidade aberta”, um espaço onde as pessoas aprendam a administrar a complexidade do espaço urbano, de forma que esta não seja meramente planejada, mas realizada pelos seus cidadãos.

Em oposição à “cidade aberta” existe a “cidade fechada”, com um espaço de segregação e muito controle, dificultando a experiência diária do cidadão. Um exemplo de “cidade fechada” para Sennet (2018) é a cidade inteligente Songdo, na Coreia do Sul.



Songdo, Coreia do Sul.

A cidade de Songdo foi planejada do zero para se tornar uma cidade inteligente. Entretanto, os espaços que foram idealizados pelos planejadores urbanos não agradaram seus habitantes. Com isso, os cidadãos passaram a utilizar lugares que surgiram informalmente para atividades sociais, tornando os espaços planejados com essa finalidade um fracasso.

No Brasil, a partir da Constituição Federal (1988) e de seu decorrente regulamentador no que condiz à política urbana, o Estatuto da Cidade (2001), a participação cidadã na gestão e planejamento urbano passou a figurar em âmbito legal, tendo como principal expoente o plano diretor, garantindo legalmente a participação cidadã em todas as fases de sua elaboração. O plano diretor, enquanto principal instrumento da política urbana brasileira, apresenta o conjunto de normas e diretrizes para o desenvolvimento de cada município, tendo em sua base um planejamento participativo, ou seja, com o envolvimento da comunidade.

Entretanto, para além do plano diretor, a participação cidadã na política urbana pode solucionar problemas e enfrentar desafios pontuais ou mesmo em escalas menores, como em bairros, comunidades e espaços públicos específicos da cidade. O engajamento dos cidadãos envolvidos na situação de foco garante que o maior conhecimento relacionado ao problema ou desafio seja explicitado por aqueles que o vivenciam e que as soluções pen-

sadas pela comunidade, possivelmente mais simples e econômicas que as propostas pela administração pública, sejam implementadas.

A participação cidadã, nesse sentido, abre espaço para a inovação em cidades, considerando o melhor aproveitamento do capital humano e criatividade disponível no espaço urbano. A inovação é uma potencializadora da recuperação e transformação das cidades contemporâneas, podendo romper o status quo e impulsionar as mudanças necessárias ou desejadas pela população. Porém, nesse contexto, o processo de inovação depende de um esforço conjunto de diferentes forças: a quádrupla hélice. A partir da ideia de coprodução no espaço urbano e a atuação conjunta das quatro hélices de inovação - governo, mercado, universidade e sociedade civil -, iniciativas e intervenções urbanas têm potencial para gerar inovações na cidade.

Cidades inovadoras são espaços de estímulo à criatividade e conhecimento de seus diferentes partícipes, tais como empresas, instituições de ensino e pesquisa, administração pública e sociedade civil, fomentando entre eles o processo de cocriação de soluções para problemas urbanos e, também,



Foto: Rob Walsh / Unsplash

de novos projetos, ações e políticas que promovam maior qualidade de vida a seus cidadãos. Essas forças ou hélices são movidas essencialmente por pessoas, ainda que somando diferentes papéis que o de cidadão durante sua atuação. Assim, considerando que a inovação em cidades é gerada em um processo que envolve dois elementos principais, criatividade e conhecimento, o principal agente para tornar uma cidade inovadora é o cidadão.

O papel da administração pública, nesse sentido, é criar espaços para participação cidadã, facilitar e permitir iniciativas de interesse social, informar e educar a população para a cidadania, estimulando sua conscientização sobre o papel do cidadão e quais suas possibilidades de influência e impacto no planejamento e gestão urbana. ■

Referência bibliográfica:

DEPINÉ, Á. C. ; VECHI, S. ; KIANE, R. ; PERASSI, R. . Ágoras digitais: estudo comparado entre aplicativos para participação cidadã. In: Tarcísio Vanzin; Luiz Antonio Moro Palazzo. (Org.). Cibersociedade e novas tecnologias. Erechim: Deviant, 2018, v. 2, p. 181-208.

PLATÃO. A república. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SENNET, R. Construir e habitar: ética para uma cidade aberta. Rio de Janeiro: Record, 2018.

A LEGISLAÇÃO ROMANA PARA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Com o espírito da participação a cidade de Roma foi pioneira no mundo e em 2006 criou seu Regolamento di Partecipazione dei Cittadini alla Trasformazione Urbana, uma legislação para inclusão social que demanda a participação da população em todos os projetos e ações de transformação urbana da capital italiana. Essa legislação garante aos cidadãos sua participação por meio de um processo de quatro níveis: formação, consulta, projeção e monitoramento. Dessa forma, a cidade passou a fortalecer sua cultura de participação cívica, oportunizando o conhecimento por meio da formação dos cidadãos e da deliberação e consulta, aproximando-se do ideal democrático das cidades-estados na Grécia antiga.

Em um movimento inovador em relação ao direito à cidade e à participação cidadã, essa regulamentação foi criada com o objetivo de definir métodos e instrumentos voltados à promoção da participação cidadã em projetos de transformação urbana, vinculando-se ao Nuovo Piano Regolatore Generale. O Nuovo Piano Regolatore Generale caracteriza-se como uma estratégia similar à do Plano Diretor nas cidades brasileiras, sendo este último o principal instrumento do direito urbanístico nacional.

A origem do regulamento romano é justificada em seu art. 1:

O município de Roma reconhece na participação popular um método fundamental para a tomada de decisão no que diz respeito à transformação urbana e à promoção da inclusão social. Assim, o processo participativo não se limita à informação e consulta, mas envolve continuidade, estruturação e caráter não ocasional (tradução nossa).

A participação a que se refere o regulamento visa o máximo envolvimento dos cidadãos, grupos sociais e outros atores do espaço urbano, garantindo seu papel no Plano Regulador Geral e na elaboração e implantação de projetos urbanos, além do diálogo efetivo sobre recursos, políticas e estratégias nesse âmbito. Os órgãos vinculados à administração pública de Roma são subordinados a ele e devem assegurar que suas atividades e propostas estejam em conformidade ao processo exposto.

De forma objetiva, tais atividades e projetos podem abranger desde o planejamento urbano da cidade como um todo (macro) até projetos setoriais em áreas específicas (micro). Pode ainda ser aplicado a outros instrumentos e intervenções econômicas, sociais e ambientais, desde que possuam valor urbano e autorização da câmara municipal romana. A participação estimulada pela regulação tomou parte em diversos projetos importantes da cidade ao longo destes anos e continua sendo aplicada em projetos atuais.

Referência:

ROMA. Regulamento de participação cidadã em transformações urbanas. Dispõe sobre o conjunto de normas, procedimentos, instrumentos, competências e responsabilidades que promovem e garantem a participação dos cidadãos nas transformações urbanas. Comune, Roma, Lazio, 2006. Disponível em: < <https://www.comune.roma.it> >.



INOVAÇÃO CÍVICA

Inovação cívica: a tecnologia como aliada da cidadania

Por



Ágatha Depiné

O modelo de conhecimento tradicionalmente defendido para gerar inovação é o criado por Etzkowitz e Leydesdorff (2000) e denominado “tríplice hélice” por basear-se nas interações entre: academia, mercado e governo. Entretanto, na sociedade do conhecimento, onde este último flui para todas as esferas sociais, pesquisadores como Carayannis e Campbell (2011) indicam sua evolução para um modelo baseado na “quádrupla hélice”, considerando a inclusão da sociedade civil entre elas.

Essa concepção é baseada na compreensão de que a produção do conhecimento e sua aplicação na inovação requerem a integração do público, o qual faz parte do sistema de inovação e, também, cria, compartilha e provoca a criação do conhecimento necessário para a inovação.



Nesse sentido, uma das formas recentes de aplicação desse modelo de “quádrupla hélice” é a inovação cívica. A ideia de civismo está ligada à cidadania, refletindo-se no cidadão enquanto indivíduo preparado para compreender e atuar consciente e responsabilmente dentro da sociedade. A utilização da tecnologia nesse contexto permite a ampliação da participação cidadã em processos decisórios e no desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas. Assim, a inovação cívica é compreendida atualmente como uma forma de inovação para as cidades que se baseia na participação cidadã e novas formas de governança urbana aliadas à tecnologia.

Almirall, Lee e Majchrzak (2014) desenvolveram estudo de casos múltiplos sobre inovação cívica em seis cidades: Barcelona, Amsterdã, Helsinki, Boston, Filadélfia e Nova York. Os autores identificaram múltiplas abordagens para inovação cívica aberta nas cidades estudadas. Em comum, destacaram que as seis disponibilizam dados abertos aos cidadãos, em tipos e níveis de profundidades diferentes entre si, mas com utilização, dentre outras atividades, em hackathons e desafios ou concursos de desenvolvimento

tecnológico. Além destas ações, ambas utilizam crowdsourcing para obter feedback dos cidadãos sobre ideias, serviços e desafios criados pelo poder público da cidade, assim como, abrem espaço para que os cidadãos pudessem postar suas ideias e propostas.

As seis analisadas também se envolveram com as organizações Code for America (caso de Boston, Filadélfia e Nova York) e com a Code for Europe (caso de Barcelona, Amsterdã e Helsinki), as quais forneceram temporariamente programadores para trabalhar no desenvolvimento de aplicações que diminuíssem a lacuna entre estas cidades e seus cidadãos. Ainda quanto às abordagens, Barcelona se destacou entre as seis por ser a primeira a criar um urban living lab, espaço público onde empresas

de tecnologia podem avaliar o piloto de seus produtos ou serviços a partir da interação com os cidadãos em seu dia-a-dia. As americanas Boston e Filadélfia também inovaram inspirando-se no modelo das aceleradoras de negócios para criar aceleradoras cívicas, as quais têm por finalidade aproximar as cidades de startups, empresas e organizações sem fins lucrativos interessadas em parcerias para fornecer melhores serviços, tecnologias ou formas de interação entre os cidadãos e o poder público.

Em iniciativas voltadas à inovação cívica os cidadãos são convidados a participar, contribuindo com seu conhecimento e criatividade e, o poder público, enquanto orquestrador do processo, dispõe dos recursos necessários para que ela ocorra, como informações, dados, ferramentas, espaços físicos e investimento financeiro, quando for o caso. Além destes dois, outros atores podem ter importante participação, como: empresas, consultores, investidores e intermediários. Entretanto, a inovação cívica tem em seu centro o compartilhamento de responsabilidades e objetivos entre dois atores principais: cidadão e poder público. ■

Referência bibliográfica:

ALMIRALL, Esteve; LEE, Melissa; MAJCHRZAK, Ann. Open innovation requires integrated competition-community ecosystems: Lessons learned from civic open innovation. *Business Horizons*, v. 57, n. 3, p. 391-400, 2014.

CARAYANNIS, Elias; CAMPBELL, David. Open innovation diplomacy and a 21st century fractal research, education and innovation (FREIE) ecosystem: building on the quadruple and quintuple helix innovation concepts and the “mode 3” knowledge production system. *Journal of the Knowledge Economy*, v. 2, n. 3, p. 327, 2011.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. *Research policy*, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.



GERAÇÃO VIA

Geração VIA e a educação para cidadania

A insatisfação contemporânea com os mecanismos tradicionais de representação tem intensificado a participação cidadã nas decisões, sendo seu objetivo aprimorar a qualidade e legitimidade dos direcionamentos políticos e sociais que afetam os cidadãos.

Assim, além das novas formas de governança urbana impulsionadas pela sociedade civil, instrumentos e metodologias utilizadas pelo poder público para o planejamento e gestão urbana também têm se direcionado cada vez mais à participação cidadã, vide a utilização de orçamentos participativos, oficinas e colaboração na elaboração de políticas públicas ou execução de intervenções urbanas, consultas públicas e democracia digital.

Por



Ágatha Depiné



Clarissa Stefani Teixeira

A participação pode garantir que a cidade seja um reflexo mais fiel da identidade de sua comunidade e, também, conheça e atenda aos reais anseios e interesses da sua população. A participação pública tem potencial para resolver problemas complexos, enfrentar os desafios urbanos contemporâneos e aumentar a qualidade de vida da comunidade em diversos aspectos, da coleta de dados e cocriação de projetos sociais até o combate ao crime e à promoção de espaços seguros na cidade.

Entretanto, sob a perspectiva do conhecimento, a aprendizagem ou

educação cidadã deve estar incluída no processo de formação prévio à participação, assim como durante as etapas desse processo, quando necessário. A educação cidadã é um elemento chave para que os cidadãos sejam efetivos e responsáveis na proposição de soluções e mudanças, na deliberação pública e tornem-se aptos a compreender e influenciar políticas e projetos que impactam suas vidas.

Pode se dizer que a educação cidadã tem como objetivo último o desenvolvimento da capacidade de compreensão e julgamento do cidadão sobre questões públicas.

Além disso, em projetos e áreas específicas, onde conhecimentos especializados ou técnicos são requeridos, é necessário que os cidadãos participantes desenvolvam também relativa competência, seja por meio da autoeducação ou do acesso à formação durante o processo de participação.

A partir da compreensão da importância da educação cidadã para as transformações urbanas a VIA Estação Conhecimento criou o projeto Geração VIA. A VIA, vinculada ao Departamento de Engenharia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, é o único

"Acredito que investir na criança é causar um impacto direto no futuro de nossa sociedade, pois as crianças são multiplicadores dentro de suas famílias. Essa é a melhor forma de construir cidadãos mais conscientes, ativos e participativos. Quando nossas ações fazem com que as crianças percebam que podem transformar a sua escola, bairro e cidade, temos a certeza de que estamos no caminho certo".

Maryanne Mattos,

Secretária Municipal de
Segurança Pública.



Foto: Camila Peixer



grupo de pesquisa brasileiro especializado em habitats de inovação, apresentando entre suas vertentes o estudo das cidades sob a perspectiva da inovação. No contexto contemporâneo, algumas das principais tipologias urbanas ligadas à inovação são as cidades inteligentes, cidades criativas, distritos criativos, distritos de inovação e cidades inovadoras. Além disso, a inovação pode estar presente também em outros aspectos ligados ao planejamento e à gestão urbana. Assim, considerando a criatividade e o conhecimento como importantes fatores no processo da inovação, o capital humano torna-se um elemento essencial para a inovação de uma cidade.

De acordo com Maryanne Mattos, Secretária Municipal de Segurança Pública, as parcerias e integração são importantes tanto no setor público quanto no privado. Ela explica que a Guarda Municipal Florianópolis já atua há 14 anos nas escolas municipais com temas voltados à cidadania, ao respeito e à participação da criança em questões sociais. Entre 2016 e 2017, foi firmada parceria com a UFSC, por meio do grupo VIA, com o objetivo de compartilhar atividades que fizessem crianças, pais, professores e comunidade interagirem em torno dos temas Sustentabilidade, Inovação e Cidades Inteligentes. “Não medimos esforços para impactar de forma positiva as crianças e a

comunidade escolar. Penso que a universidade, participando dessas atividades, traz mais qualidade e mostra que podemos, juntos, construir um novo comportamento social, mais participativo e colaborativo. Afinal, todos nós vivemos a cidade e na cidade, independente da instituição e do papel que exercemos nela”, reforça a Secretária. Neste sentido, com o objetivo de apoiar a mudança cultural desses locais, atuando na formação cidadã e no engajamento social voltado à inovação, a equipe de pesquisadores do grupo VIA desenvolveu capacitações, jogos educativos e material didático para crianças e professores, possibilitando seu aprendizado sobre as tipologias

urbanas inovadoras e o estímulo de seu espírito cívico. Esse projeto de extensão, denominado Geração VIA, apoia-se na compreensão de que a formação cidadã das crianças fomentará uma cidadania ativa e responsável no futuro da cidade.

Os recursos didáticos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa para o projeto Geração VIA abrangem as seguintes temáticas até o momento: cidades inteligentes, cidades criativas, mente empreendedora, startups e habitats de inovação. Além destes, novos materiais estão em desenvolvimento atualmente

sobre o poder público e a legislação brasileira. Tendo em vista o público infantil, a principal metodologia empregada no desenvolvimento dos recursos didáticos foi a gamificação.

A gamificação compreende o uso da mecânica e elementos de jogos para aumentar a motivação, concentração e interesse do usuário, mas em outras atividades. Para além do entretenimento puro, jogos podem ser utilizados com diferentes finalidades, dentre elas, a educação, onde os jogos ou pelo menos alguns de seus elementos

são empregados no alcance dos objetivos de aprendizagem de seus usuários. No contexto educacional, a gamificação tem entre seus benefícios o aumento da motivação, concentração e esforço dos alunos aprendizes na tarefa de aprendizagem.

A primeira ação do projeto Geração VIA foi realizada em 2017 junto ao Concurso de Desenho e Redação nas Escolas Públicas Municipais de Florianópolis, realizado pela Guarda Municipal de Florianópolis e a Prefeitura Municipal de Florianópolis há 13 anos com as turmas de pri-

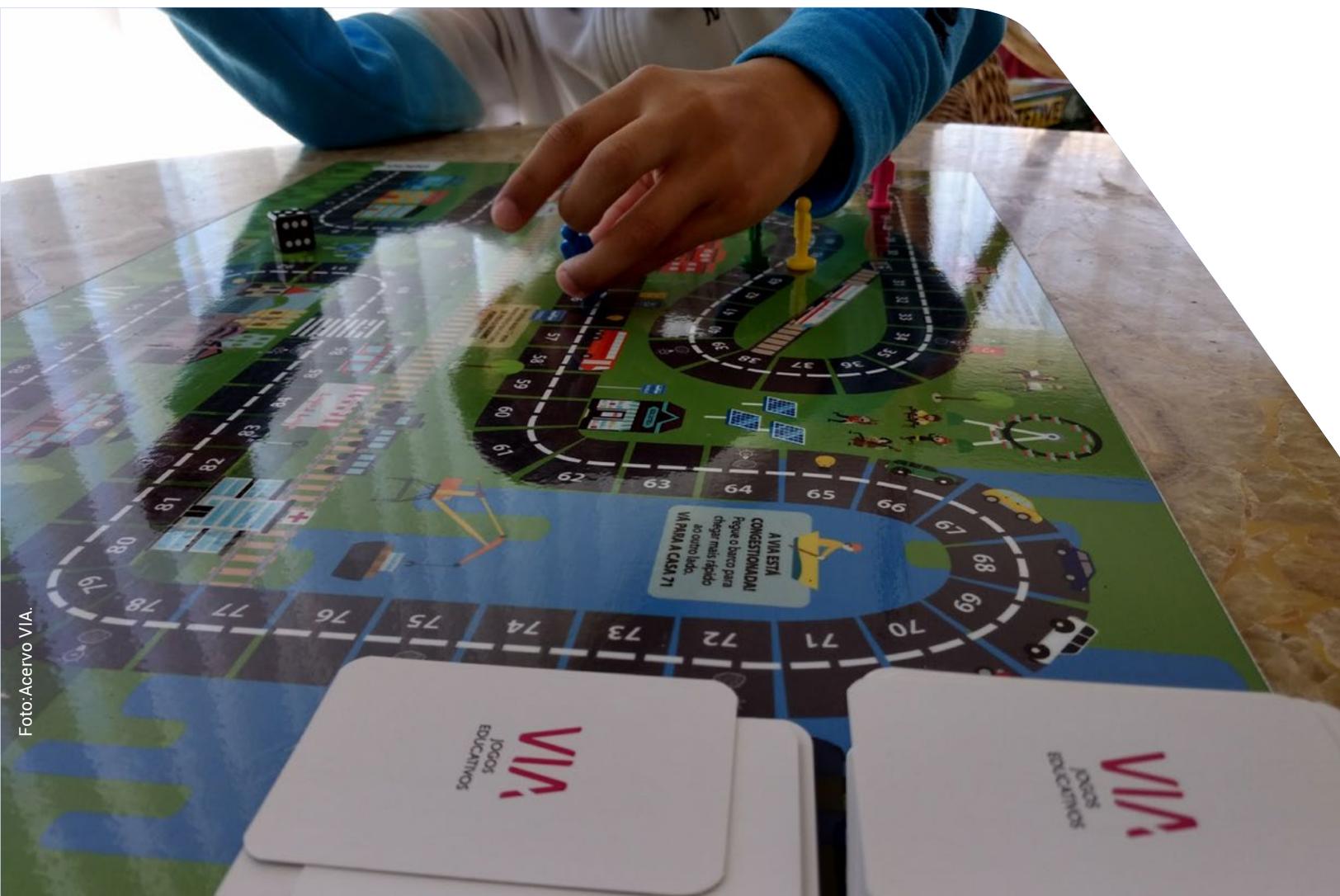


Foto: Acervo VIA.



Foto: Acervo VIA.

meiro ao quinto ano do ensino fundamental. A parceria entre a VIA/UFSC e a Secretaria de Segurança Pública da cidade foi essencial para a viabilização do projeto.

Nessa primeira edição o tema do concurso infantil foi "Floripa Inteligente", apresentando como conceito basilar o de cidades inteligentes. O grupo VIA participou como parceiro capacitando mais de 250 professores na temática e disponibilizando material de apoio e jogos para sala de aula, tendo impactado por volta de 7500 crianças ao longo do ano.

A edição do concurso em 2017 também contou com outra inovação, o Prêmio Intervenção Urbana. Pela

primeira vez os prêmios foram além dos alunos vencedores em cada categoria e a escola mais engajada ao longo da história do concurso também conquistou seu prêmio. A Escola Básica Antonio Paschoal Apóstolo, do bairro Rio Vermelho, teve como prêmio a pintura do muro da escola por voluntários, grafiteiros, seus alunos e membros da comunidade, inspirada nos desenhos das crianças vencedoras do concurso "Floripa Inteligente". Os materiais e outros recursos necessários foram doados por patrocinadores. A intervenção teve apoio do Movimento Traços Urbanos - um coletivo que visa a realização de ações para qualificar espaços públicos. O legado da intervenção foi, por meio do envolvimento das

crianças na ação, comprovar o potencial de transformação da cidade que o cidadão ativo possui.

A segunda edição do concurso tem como tema "Floripa Inovadora", pautando-se no conceito de cidade inovadora. A capacitação foi novamente realizada pelo grupo, envolvendo quase 100 professores da rede municipal. Material de apoio e outros recursos didáticos foram disponibilizados às escolas municipais e a premiação das crianças vencedoras do concurso ocorreu em outubro de 2018.

De acordo com a professora Dra. Clarissa Stefani Teixeira, coordenadora do grupo VIA e do projeto Geração VIA, o legado dessa par-

ceria no concurso municipal infantil é "a mudança de percepção das crianças sobre o seu potencial de mudança do entorno, da comunidade e da sociedade como um todo. Com isso, teremos cidadãos mais responsáveis, engajados e socialmente ativos no futuro. O primeiro passo é educar as crianças sobre o que é ser cidadão e qual o seu papel na transformação da sociedade." A parceria continua e os envolvidos agora planejam sua expansão para outras séries do período escolar.

Ainda neste ano, a Universidade Federal de Santa Catarina assinou acordo de cooperação para que o

Geração VIA integre ações e projetos da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a qual possui parceria com 21 associações de municípios do estado. Com isso, o projeto de extensão irá se expandir por outras regiões de Santa Catarina, começando pela região do Alto Irani, em parceria com a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI).

A primeira atividade decorrente da parceria com a FECAM foi a exposição do projeto no Congresso de Prefeitos 2018. Nesta ocasião o Geração VIA realizou atividade educativa com crianças na presença de convidados, secretários de educação de diversos municípios catarinenses e outros participantes do evento. ■

Referência bibliográfica:

MONDO, A.; DEPINÉ, Á.; SLOMPO, G.; TEIXEIRA, C. Gamificação aplicada à educação empreendedora: uma revisão integrativa. **Anais do Congresso Nacional de Inovação e Tecnologia – INOVA 2018**. No prelo.

Geração VIA – Congresso de prefeitos 2018.



Foto: Acervo VIA.



Foto: Simon Sun / Unsplash

Educação cidadã e tecnologia: o case do sada no Afeganistão

Nos últimos anos há uma preocupação crescente com o papel e participação das mulheres em questões políticas e sociais. O estudo de Sengupta et al (2007) elucida de que forma a disseminação de informações e conhecimentos pode mudar o cenário da participação e provocar o diálogo familiar e comunitário sobre questões cívicas. No contexto afegão, onde as mulheres são estatisticamente as maiores vítimas da pobreza, desnutrição, exclusão da vida pública, violência, analfabetismo, casamento forçado e falta de acesso à serviços básicos de saúde, assim como à justiça e educação, o projeto Sada distribuiu dispositivos de áudio com conteúdo para educação cívica, esclarecendo direitos e responsabilidades na sociedade, os quais afetaram particularmente as mulheres.

Pesquisadores desenvolveram um estudo qualitativo sobre esse processo com nove grupos focais (homens e mulheres) e cinco entrevistas em profundidade (mulheres), envolvendo 115 participantes no total. O objetivo foi analisar a experiência com o dispositivo de áudio Sada - similar à um MP3 - com 15h de conteúdo para educação cívica. O dispositivo foi distribuído e utilizado antes das primeiras eleições parlamentares do Afeganistão, em 2005, durante o processo de democratização do país após o fim do estado teocrático. O foco dos pesquisadores se direcionou à compreensão de como o conteúdo aprendido pelo dispositivo Sada afetou as famílias e comunidades dessas mulheres.

As histórias reveladas pelos participantes dos nove grupos focais mostraram que o conteúdo do dispositivo ajudou a criar espaços coletivos para aprendizagem, a partir da união voluntária das pessoas para ouvi-lo e discutir os tópicos aprendidos, geralmente em família, com amigos ou em grupos de mulheres.

Aprender sobre seus direitos mudou a autopercepção das usuárias, deixando claro que, nas palavras de uma delas: “[...] as mulheres não são apenas mulheres ou apenas esposas, mas têm direitos humanos. Elas podem participar da sociedade, podem ter educação, podem encontrar um emprego, escolher um parceiro e não entrar em um casamento forçado” (SENGUPTA et al, 2007 , p. 343). Com base no conteúdo aprendido, as mulheres afirmaram poder assumir suas próprias posições e debater tais questões com os homens, buscar igualdade política e social e promover harmonia e equilíbrio na família.

O objetivo principal do Sada foi preparar e educar para as eleições parlamentares e, nesse sentido, as mulheres afirmaram compreender que tinham direito a votar e a decidir sozinhas em quem votar, sem influência dos homens da família (pais ou maridos). A eleição afeganistã que se seguiu foi histórica em relação à participação das mulheres: elas foram candidatas pela primeira vez no país e o número de votantes atingiu altos índices. Os resultados da pesquisa demonstraram que a disseminação de conhecimento sobre direitos e cidadania por um meio adequado pode estimular o diálogo familiar e comunitário, com potencial para gerar ações e transformações, como a participação efetiva dos indivíduos.

Referência:

SENGUPTA, Ami et al. The Sada Says: “We Women Have Our Rights”. A Gender Analysis of an ICT Initiative in Afghanistan. *International Communication Gazette*, v. 69, n. 4, p. 335-353, 2007.



VIA REVISTA ENTREVISTA - ANDRÉ TAMURA

Por



Mariana Pessini
Mezzaroba

Fundador do WeGov fala sobre a importância de gerar inovação no setor público

Fundada em 2011, a startup WeGov, com sede na cidade de Florianópolis – SC nasceu para estimular e disseminar ações inovadoras no setor público. Para isso, realiza um trabalho conjunto com servidores públicos visando difundir métodos e ferramentas que os auxiliem a encontrar e implementar soluções inovadoras para desafios enfrentados em suas instituições. Nesta entrevista, André Tamura, um dos fundadores da WeGov, ressalta a importância de se caminhar lado a lado com servidores e gestores públicos buscando encontrar caminhos mais promissores e eficientes para a prestação do serviço público por meio da inovação.

“Nós capacitamos para que façam as melhores perguntas e não para que tenham as melhores respostas”

André Tamura

A Wegov se apresenta como um espaço para formar agentes públicos inovadores. Como as suas ações podem gerar inovação no setor público?

Um espaço de aprendizado, permite que cada pessoa (servidores e agentes públicos), utilizando seu próprio histórico de sucessos e fracassos, possa criar soluções significativas para problemas complexos. Bons projetos morrem em gavetas por falta de engajamento ou comunicação adequada. É preciso superar as velhas narrativas do setor público e retirar dos servidores o estigma de serem ultrapassados. Mudar o modelo de trabalho e o mindset dos servidores é uma grande inovação. Os servidores estão imersos em uma realidade hostil à inovação, estamos fazendo a diferença apontando caminhos

possíveis. Preparamos as pessoas, mas também causamos impactos nas instituições. Cuidamos dos peixes, olhando muito bem para o aquário.

Dentre diversas iniciativas e projetos, por que a Wegov optou por destacar a capacitação de agentes públicos como forma de gerar inovação neste âmbito?

Preparar os servidores públicos para enfrentar os desafios é urgente. Os servidores são todos capazes, mas as competências e habilidades que eram úteis há alguns anos atrás, não são mais suficientes para enfrentar os desafios atuais. Todos os nossos projetos de alguma forma, empoderam as pessoas para inovar. As tecnologias computacionais estão cada

vez mais disponíveis e acessíveis. Não é uma questão de ferramentas, o que fazer ou como fazer. É uma questão de porquê fazer. Nós capacitamos para que façam as melhores perguntas e não para que tenham as melhores respostas.

Qual o impacto da inovação no setor público para a sociedade civil?

Não podemos desvincular a inovação no setor público com os desafios das áreas fins. Um setor público inovador, será aquele que não têm pessoas morrendo em filas de hospitais. É aquele capaz de entregar educação, segurança e os serviços que tornam a vida melhor em sociedade. É importante lembrar que não vamos conseguir resolver os problemas da porta para fora sem modificarmos profundamente o funcionamento das coisas da porta para dentro.



Papel Zero para Softplan - Design de Processos para SEA - SC

Quais os principais entraves para a administração pública inovar?

As instituições ainda sofrem muito impacto da agenda política. Obviamente não se deve negar a política, mas a política está negando o setor público. A mensagem acaba sendo negativa e o sistema aprende errado. O resultado prático fica viciado. Produzimos organizações (privadas e do terceiro setor) que entram no ritmo, e mesmo que não existam más intenções, não conseguimos avançar. É como se tentássemos instalar aplicativos modernos em um sistema operacional que não os comporta mais.

Que cases de sucesso podem ser apresentados a partir de agentes públicos formados pela Wegov?

Podemos destacar, dentre os mais recentes, aqui no Estado, a construção do Laboratório de Inovação da Secretaria do Estado de Segurança Pública de Santa Catarina (HUBSSP), a concepção do PMSC Mobile, aplicativo que irá integrar os canais de interação do cidadão com a Polícia Militar do Estado, a HubBIO, rede de divulgação do cadastramento biométrico do Tribunal Regional Eleitoral de SC. Trouxemos para o Brasil (Floripa),

o ELIS - Encontro Latino-Americano de Inovação Social no Setor Público. No Brasil, realizamos a capacitação de 100% dos servidores da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo, a criação e concepção de espaços de inovação na Justiça Federal de SP, SC e ES e a construção da Política de Inovação do Ministério do Meio Ambiente. Ao longo desses anos temos muitos resultados qualitativos, um pouco mais intangíveis, que tem traçado uma agenda de inovação e transformado positivamente os servidores e o setor público.

Sobre o entrevistado:

Fundador e Diretor Executivo da WeGov. Empreendedor Público, entusiasta da inovação no setor público e das transformações sociais. Estudou Administração de Empresas e Ciências Econômicas. Desde que trabalhou como operário de fábrica no Japão, tem evitado as "linhas de produção", de produtos, de serviços e de pessoas. Em 2017, foi condecorado com a Medalha do Pacificador do Exército Brasileiro.

André Tamura,

Fundador e Diretor Executivo da WeGov.

"É importante lembrar que não vamos conseguir resolver os problemas da porta para fora sem modificarmos profundamente o funcionamento das coisas da porta para dentro"

André Tamura

Foto: Arquivo pessoal



Foto: Flickr WeGov

Conheça mais sobre o WeGov e suas iniciativas [clikando aqui!](#)

MAIS!

Para ter um impacto maior na disseminação da cultura de inovação o grupo WeGov teve a ideia de criar um laboratório interinstitucional de inovação para o governo, o chamado HubGov. Após analisar que muitas instituições públicas possuíam os mesmos problemas, os funda-

dores pensaram em trabalhar de forma criativa e colaborativa, onde as instituições poderiam ajudar umas às outras.

No ano de 2017, 14 instituições públicas e 55 agentes públicos passaram pelo Programa durante seis meses, e a partir de um desafio institucional tiveram acesso a mento-

ria, a um espaço de coworking, treinamentos sobre temas inovadores e métodos e ferramentas para resolução de problemas, tudo isso acontecendo de forma criativa e colaborativa. Em 2018 o HubGov foi realizado nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Goiás e Distrito Federal, tendo pretensão de alcançar outros estados nos próximos anos. ■



DICAS DE LEITURA

As lições de Bogotá e Medellín: do caos à referência mundial

Autor: Murilo Cavalcanti

O livro "As Lições de Bogotá e Medellín - do Caos À Referência Mundial" reúne textos, entrevistas, análises e visões de vários profissionais e especialistas, sobre como duas cidades colombianas conseguiram, em quinze anos, reescrever sua história. Bogotá e Medellín chegaram ao fundo do poço na década de 1990 - Medellín, foi considerada a cidade mais violenta do mundo. A partir de então, uma série de bons prefeitos, com o apoio da população começou a mudar o destino daquilo que parecia irreversível.

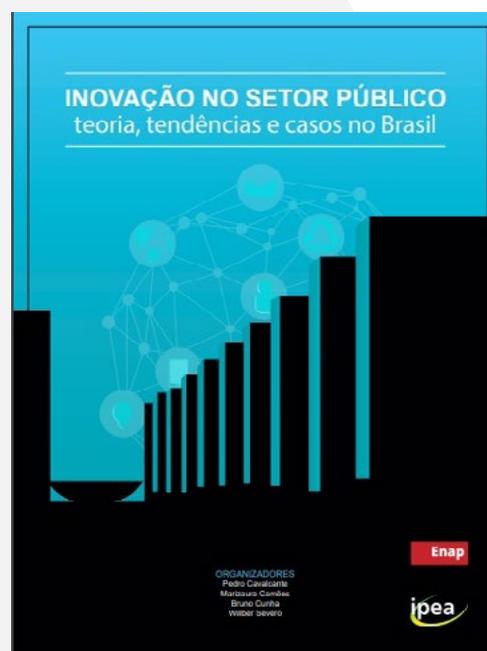
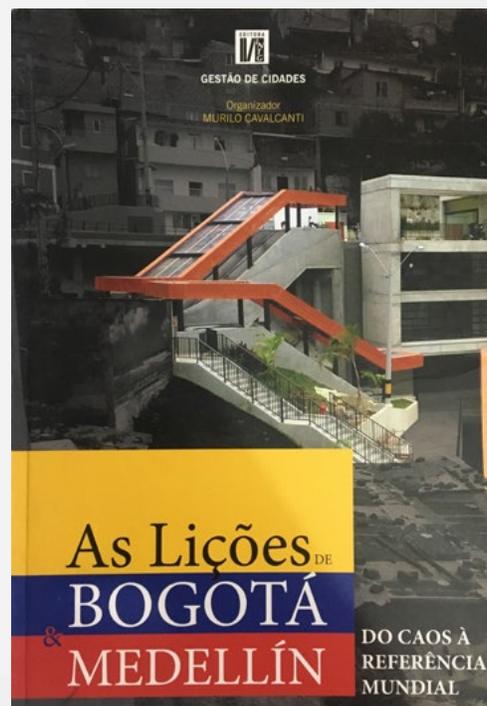
Do topo do ranking das cidades mais violentas do mundo à referência em mobilidade, segurança e soluções urbanísticas para devolver o espaço público aos cidadãos. A fórmula, segundo o autor, pode servir de inspiração para muitas cidades que enfrentam os mesmos problemas.

Inovação no Setor Público: Teoria, Tendências e Casos no Brasil

Organizadores: Pedro Cavalcante; Marizaura Camões; Bruno Cunha Willber Severo

O livro consiste em uma inédita coletânea de capítulos sobre inovação no setor público desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em parceria com diversos pesquisadores e servidores públicos de instituições que fazem parte da Rede InovaGov, bem como colaboradores internacionais referências no campo. A obra explora a inovação, fenômeno complexo e cada vez mais estratégico no setor público em suas diferentes esferas e setores e apresenta abordagens e estratégias metodológicas variadas que contribuem para sistematizar o conhecimento acerca da teoria, das tendências atuais e de casos de inovação de sucesso no governo federal brasileiro. A intenção da publicação é gerar subsídios para qualificar o debate e a prática inovadora e, sobretudo, contribuir para a construção de uma cultura de inovação na administração pública brasileira.

O livro pode ser acessado na íntegra aqui.



VIA

Estação Conhecimento



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

